

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

Instituto politécnico de lisboa

DIVULGAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS:
OUTRA DIMENSÃO PARA INFORMAÇÕES
CONTABILISTICAS

Margarida Isabel do Brito Rosa

Lisboa, Setembro de 2012

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

DIVULGAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS: OUTRA DIMENSÃO PARA INFORMAÇÕES CONTABILISTICAS

Margarida Isabel do Brito Rosa

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica de de Pedro Miguel Batista Pinheiro, Assistente Convidado da Área Científica de Contabilidade e Auditoria.

Constituição do Júri:
Presidente: Mestre Fernando Marques de Carvalho
Vogal: Doutora Maria Manuela Duarte
Vogal: Mestre Pedro Baptista Pinheiro

L i s b o a , S e t e m b r o d e 2 0 1 2

Agradecimentos

Todos os dias enfrentamos obstáculos que temos de ultrapassar, uns mais fáceis, outros nem tanto, mas acredito que as dificuldades são o motor de tudo o que nos faz crescer na vida, e com estas aprendemos a dar valor ao que realmente importa.

O presente trabalho não foi para mim de todo um obstáculo, mas sim uma rampa para desenvolver novos conhecimentos, adquirir competências, abrir horizontes para temas actuais, interessantes e de grande contributo para o crescimento e desenvolvimento no seio do mundo em que vivemos. Não se tratou de um trabalho isolado, foi o resultado do contributo de muitas pessoas que me rodeiam, que de alguma forma me ajudaram neste percurso de dois anos, que por vezes parecia interminável. A todos um agradecimento muito especial!

Em particular gostaria de agradecer ao meu orientador, Dr. Pedro Pinheiro, pela sua capacidade de crítica, pelo incentivo à procura de novos conhecimentos e pela sua paciência, o meu obrigado; aos meus familiares e amigos que me incentivaram a terminar aquilo que comecei da melhor maneira, e me ajudaram a concluir com sucesso mais uma etapa da minha vida, com especial destaque para a minha irmã e para dois amigos muito especiais, o Rui e a Andreia. A vós um grande Bem Haja! Aos meus colegas de turma, que de muitas formas contribuíram para o passar do tempo da melhor maneira possível, os meus desejos de muitas felicidades.

Para todos deixo este poema muito especial:

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.

Fernando Pessoa

Resumo

A designação de sustentabilidade está associada ao conceito de desenvolvimento sustentável, cujo enfoque passa pelo desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades das gerações actuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

A responsabilidade social deixou de ser uma opção para as empresas, tornando-se numa questão de visão, de estratégia e muitas vezes de sobrevivência. Empresas socialmente responsáveis não só geram valor para quem está próximo, como alcançam melhores resultados.

Decorrente da importância acima referida, o presente estudo pretende analisar o nível de divulgação de informação de natureza social, tendo por base os indicadores sociais propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI), de 51 das maiores empresas portuguesas com referência ao ano de 2010.

Após a análise dos resultados obtidos para cada uma das variáveis definidas, a média de divulgação das mesmas pode ser considerada como bastante elevada.

Relativamente aos indicadores relativos à responsabilidade pelo produto temos cerca de metade das empresas que integram a amostra que divulga a totalidade dos mesmos, no entanto existe um número reduzido que não divulga qualquer deles. Na categoria sociedade todos os indicadores apresentam níveis de divulgação acima dos 50%, destaque para o facto de metade das empresas divulgarem informação acerca de todos os indicadores que compõem esta categoria. A categoria de práticas laborais e trabalho decente apresenta na sua generalidade um nível de divulgação acima de 60%. Um aspecto a considerar nesta categoria é a não existência de qualquer empresa que não divulgue pelo menos um dos indicadores.

A categoria de direitos humanos é alvo de divulgação em cerca de metade das empresas em análise, no entanto ainda existem empresas que não divulgam qualquer indicador referente a esta categoria.

Palavras-chave: Responsabilidade social; Divulgação voluntária da informação; GRI; Sustentabilidade; Desenvolvimento sustentável

Abstract

The Sustainability and Sustainable development are interconnected, since they both refer to the satisfaction of the present needs without compromising the ability of future generations to meet their own needs.

Nowadays social responsibility isn't an option to companies – has become a need, a survival issue. Socially responsible entities not only generate value but have better results.

Due to this matter importance, the following work analyzes Sustainability Reports information level from 51 of the biggest 2010 Portuguese enterprises, based on GRI (Global Reporting Initiative) Guidelines and performance indicators.

According to GRI indicators, this study indicates a high level of information report.

About half of the enterprises in this study report in the Human Rights Category, but there are few that don't even report about it; the same happens regarding Society. Moreover, with respect to this matter, half of the studied enterprises report all indicators.

This studied sample only reports 60% of the Labour Practices and Decent Work performance indicators. There isn't one company reporting in this category. Human Rights performance indicators are reported by 50% of these 51 enterprises. Some don't even report it.

Keywords: social responsibility; Voluntary disclosure of information; GRI, Sustainability, Sustainable Development

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Índice	vii
Índice de Quadros	ix
Índice de Figuras	x
Índice de Graficos	xi
1. Introdução	1
2. Contextualização	3
2.1. <i>A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável</i>	3
2.2. <i>A responsabilidade social empresarial</i>	5
2.3. <i>Dimensões da Responsabilidade Social</i>	8
2.4. <i>Evolução histórica do conceito</i>	9
2.5. <i>Divulgação da Responsabilidade Social</i>	13
2.5.1. <i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	15
2.5.1.1. <i>As directrizes e princípios do GRI</i>	15
2.5.1.2. <i>Os Indicadores de Desempenho</i>	18
3. Revisão da Literatura	23
4. Metodologia	27
4.1. <i>Metodologia</i>	27
4.2. <i>Objectivo</i>	27
4.3. <i>Amostra, variáveis e factores</i>	28
4.4. <i>Técnicas utilizadas no método de pesquisa</i>	31
4.5. <i>Técnicas estatísticas</i>	31
5. Estudo Empírico	33
5.1. <i>Nível de divulgação global</i>	33
5.2. <i>Nível de divulgação por aspecto</i>	35
5.2.1. <i>Responsabilidade pelo Produto</i>	35
5.2.2. <i>Sociedade</i>	37
5.2.3. <i>Práticas Laborais e Trabalho Decente</i>	39
	vii

5.2.4. Direitos Humanos	42
5.3. Análise do nível de divulgação por Aspecto	44
5.3.1. Responsabilidade Pelo Produto	44
5.3.1.1. Saúde e Segurança do Cliente	44
5.3.1.2. Rotulagem de Produtos e Serviços	46
5.3.1.3. Comunicação de Marketing	47
5.3.1.4. Privacidade do Cliente	49
5.3.1.5. Conformidade	49
5.3.2. Sociedade	49
5.3.2.1. Comunidade	49
5.3.2.2. Corrupção	49
5.3.2.3. Políticas Públicas	51
5.3.2.4. Concorrência Desleal	52
5.3.2.5. Conformidade	52
5.3.3. Práticas Laborais e Trabalho Decente	52
5.3.3.1. Emprego	52
5.3.3.2. Relação Funcionários/Administração	54
5.3.3.3. Segurança e Saúde no Trabalho	55
5.3.3.4. Formação e Educação	56
5.3.3.5. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	58
5.3.4. Direitos Humanos	59
5.3.4.1. Práticas de Investimento e Aquisições	59
5.3.4.2. Não Discriminação / Liberdade de Associação / Trabalho infantil / Trabalho Forçado e Escravo / Práticas de Segurança / Direitos dos Povos Indígenas	61
5.4. Análise do nível de divulgação com a introdução do factor “Sector de Actividade”	61
5.4.1. Responsabilidade pelo Produto	62
5.4.1.1. Sociedade	62
5.4.1.2. Práticas Laborais e Trabalho Decente	63
5.4.1.3. Direitos Humanos	64
6. Conclusões, Limitações e Perspectivas Futuras	66
6.1. Limitações do Estudo	68
6.2. Sugestão para Investigações Futuras	68
Bibliografia	69
Anexos	74
<i>Anexo I – Listagem das empresas que integram a amostra</i>	74
<i>Anexo II – Quadros de Recolha</i>	75

Índice de Quadros

Quadro 2.1: Indicadores Económicos	19
Quadro 2.2: Indicadores Desempenho Ambiental	20
Quadro 2.3: Indicadores Desempenho Social	21
Quadro 2.4: Indicadores Direitos Humanos	22
Quadro 2.5: Indicadores Sociedade.....	22
Quadro 2.6: Indicadores Responsabilidade por Produto	23
Quadro 4.1. Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	28
Quadro 4.2. Direitos Humanos.....	29
Quadro 4.3. Sociedade	29
Quadro 4.4. Responsabilidade pelo produto.....	30
Quadro 4.5. Empresas agrupadas de acordo com a classificação ICB	30
Quadro 5.2. Nível de divulgação dos indicadores da categoria “Responsabilidade pelo Produto” por sector de actividade	62
Quadro 5.3. Nível de divulgação dos indicadores da categoria “Sociedade” por sector de actividade.....	63
Quadro 5.4. Nível de divulgação dos indicadores da categoria “Práticas Laborais e Trabalho Decente” por sector de actividade.....	63
Quadro 5.4. Nível de divulgação dos indicadores da categoria “Direitos Humanos” por sector de actividade	64
Quadro 5.5. Nível de divulgação dos indicadores por sector de actividade e por categoria	65

Índice de Figuras

Figura 2.1: Desenvolvimento Sustentável – Tripé da Sustentabilidade Empresarial	3
Figura 2.2: Áreas da RSE	7
Figura 2.3: Metodologia de certificação	11

Índice de Graficos

Gráfico 5.1. Nível de divulgação por indicador	33
Gráfico 5.2. Nível de divulgação relativo à categoria “Responsabilidade pelo Produto”	35
Gráfico 5.3. – Nível de divulgação por empresa, relativamente à categoria “Responsabilidade pelo Produto”	36
Gráfico 5.4. Nível de divulgação relativo à categoria “Sociedade”	37
Gráfico 5.5. Nível de divulgação por empresa, relativamente à categoria “Sociedade”	38
Gráfico 5.6 - Nível de divulgação relativo à categoria “Práticas Laborais e Trabalho Decente”	39
Gráfico 5.7. Nível de divulgação por empresa, relativamente à categoria “Práticas Laborais e Trabalho Decente”	41
Gráfico 5.8. Nível de divulgação relativo à categoria “Direitos Humanos”	42
Gráfico 5.9. Nível de divulgação por empresa, relativamente à categoria “Direitos Humanos”	43
Gráfico 5.10. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Saúde e Segurança do Cliente”	45
Gráfico 5.11. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Rotulagem de Produtos e Serviços”	46
Gráfico5. 12. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Comunicação de Marketing”	48
Gráfico 5.13. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Corrupção”	50
Gráfico 5.14. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Políticas Públicas”	51
Gráfico 5.15. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Emprego”	53
Gráfico 5.16. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Relação Funcionários/Administração”	54
Gráfico 5.17. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Segurança e Saúde no Trabalho”	55
Gráfico 5.18. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Formação e Educação”	57
Gráfico 5.19. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Diversidade e Igualdade de Oportunidades”	58

Gráfico 5.20. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Práticas de Investimento e Aquisições”

60

1. Introdução

O conceito de sustentabilidade baseia-se num modelo de três pilares - o crescimento económico, social e ambiental. A componente económica prende-se com o desenvolvimento da actividade produtiva e o respectivo desempenho financeiro que permite criação de valor e aumento de riqueza. A preocupação ambiental está relacionada com o respeito pelo meio ambiente, com controlos do nível de poluição gerada e com uma utilização racional dos recursos naturais. A componente social abrange, não apenas o respeito pelos direitos humanos e melhoria da qualidade de vida, como também o relacionamento entre empresas e a defesa de boas práticas.

O equilíbrio entre estas três vertentes e a sua visão integrada numa estratégia de desenvolvimento, permitirá alcançar índices de crescimento mais seguros e consistentes no longo prazo, evitando desajustamentos e desequilíbrios que, ainda que permitam potenciar alguns crescimentos acentuados no curto prazo, conduzem invariavelmente a problemas cuja necessidade de correcção trava os índices de desenvolvimento futuro.

Facilmente se percebe que o conceito de sustentabilidade se aplica a todos - às pessoas individualmente, às famílias, às empresas, aos países e ao mundo como um todo.

A turbulência global, o ambiente geral que foi criado, o amadurecimento e competitividade dos mercados ajudaram a consolidar a percepção de que a sustentabilidade é um dos elementos incontornáveis para uma empresa que queira ser bem-sucedida e que queira apostar na continuidade das suas operações e rendibilidade no longo prazo.

A integração de indicadores sociais nos relatórios financeiros é por isso uma tendência crescente, tendo diversos estudos demonstrado que as informações financeiras isoladamente não são suficientes para proporcionar uma visão aprofundada do contexto empresarial. A responsabilidade social deixou assim de ser uma opção para as empresas, tornando-se numa questão de visão, de estratégia e muitas vezes de sobrevivência. Empresas socialmente responsáveis não só geram valor para quem está próximo, como alcançam melhores resultados.

Por outro lado, o rigor da legislação e a ameaça de retaliação por parte dos consumidores foram os elementos chave que estiveram na base do assumir de responsabilidades por parte das empresas, bem como o *benchmarking*, o demonstrar abertura e transparência,

participação em mercados competitivos e a comparação do desempenho no âmbito de uma empresa e entre diferentes empresas ao longo do tempo.

O referido acréscimo de importância atribuída a esta temática conduziu à escolha do tema do presente trabalho, que tem por objectivo procurar evidência empírica acerca do comportamento das maiores empresas portuguesas não cotadas na *Euronext* Lisboa, em matéria de divulgação de informação de natureza social.

Pretende-se assim, analisar o nível de divulgação de informação de natureza social, com base nos indicadores sociais propostos pelo *Global Reporting Initiative* (GRI), de 51 das maiores empresas portuguesas com referência ao ano de 2010. A selecção das empresas que integram o estudo foi efectuada através do ranking publicado na edição especial da revista *Exame*, intitulada “500 Maiores & Melhores Empresas”, publicação anual de 2011.

Assim, o trabalho será dividido em quatro partes, organizadas da seguinte forma: a primeira parte respeita à caracterização e análise dos conceitos de responsabilidade social, sustentabilidade e divulgação voluntária de informação, a segunda parte refere-se à apresentação da metodologia adoptada, a terceira parte destina-se a apresentar o estudo empírico realizado, sendo que a quarta parte inclui as conclusões, limitações e perspectivas futuras decorrentes do presente estudo.

2. Contextualização

2.1. A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável

O conceito de sustentabilidade continua a encerrar em si uma certa subjectividade, sendo esta verificada quer no meio académico, quer no meio empresarial. É também um conceito amplo que se refere ao conjunto de acções promovidas por empresas relativamente à sociedade e que ultrapassam a esfera directa e imediata da sua actividade económica.

Segundo Loschpe (2005:137), a expressão Desenvolvimento Sustentável « (...) surge do debate ecológico das décadas de 1960 e 1970 e vem sendo utilizada na área social para referir os problemas de esforços desenvolvimentistas humanos de longo prazo. Assim o desenvolvimento é sustentável se ele pode trazer às gerações futuras um nível de desenvolvimento *per capita* igual ou superior aquele atingido pelas gerações presente».

Inicialmente o conceito estava associado à questão da preservação ambiental - uma empresa era ambientalmente sustentável se praticasse acções de desenvolvimento e preservação do ambiente. Neste caso a «Sustentabilidade era basicamente sinónimo de meio ambiente» conforme refere Neto e Froes (2004:180), tendo uma dimensão de gestão meramente ambiental e não social.

Este paradigma mudou. Segundo Neto e Froes (2004:182) «a emergência da equidade social tornou-se uma questão central». Este conceito entrou na ordem do dia, influenciada pela noção de que o Desenvolvimento Sustentável exigia a harmonização de três elementos: protecção ambiental crescimento económico e equidade social. A figura seguinte ilustra a abordagem tripartida que acima foi referida.



Figura 2.1: Desenvolvimento Sustentável – Tripé da Sustentabilidade Empresarial

Fonte: <http://piabaecologia.wordpress.com/2010/09/08/tripe-da-sustentabilidade-economica-se/>

A definição clássica de sustentabilidade, uma herança do relatório Brundtland, define o Desenvolvimento Sustentável como «o desenvolvimento que preenche as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de preencherem as suas necessidades» (CMMAD, 1987:213).

Se a preocupação com as gerações futuras já estava de alguma forma presente no conceito, que contemplava de alguma forma uma dimensão social, a verdadeira inclusão de preocupações desta natureza adquire evidência no ano de 1995, aquando da cimeira de Copenhaga.

Após a realização da mesma, surge o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) que define que a responsabilidade da empresa não consiste apenas na maximização do lucro para o accionista, mas também no desempenhar das suas funções com ética perante todos os *stakeholders* e perante o ecossistema que a rodeia. «a RSE está relacionada com o tratamento responsável e ético dos *stakeholders* da empresa. Um comportamento ético ou responsável significa tratar os *stakeholders* de forma aceitável pelas sociedades civilizadas. Comportamento social incluiu responsabilidades económicas e empresariais e ambientais. Os *stakeholders* existem, quer dentro quer fora da empresa. O objectivo mais amplo de responsabilidade social é criar níveis cada vez mais elevados de condições de vida, preservando em simultâneo o lucro da empresa, para as pessoas que se encontram dentro e fora da empresa» Hopkins, M.(2003:1).

Sustentabilidade empresarial é entendida como a capacidade das empresas de, através da sua *corporate governance* e presença no mercado, conseguirem potenciar positivamente os ecossistemas (melhorando os recursos naturais, diminuindo os níveis de poluição), as sociedades (apoiando as populações locais, criando emprego) e o desenvolvimento económico (distribuindo riqueza em dividendos, praticando salários justos, respeitando os seus pagamentos a fornecedores) – empresas com práticas de sustentabilidade terão uma maior possibilidade de operar em harmonia com a sociedade onde se inserem, de manter a sua presença no mercado e assim contribuir para a maximização de uma nova definição de lucro. Assim sendo, o conceito de sustentabilidade empresarial contém implícitos pontos tais como: - a gestão eficiente dos aspectos sociais, ambientais e económicos que afectam a empresa, a sua actividade, os seus produtos e serviços, ou a sua influência em toda a sua cadeia de valor; - a gestão das expectativas dos *stakeholders*, correlacionando e gerindo os riscos sociais, ambientais e económicos com potencial de agravar a relação dos *stakeholders* com a empresa; - a adopção de uma conduta normativa coerente com os

valores dos principais *stakeholders* da empresa; - a assunção de que a criação de valor financeiro e a satisfação das necessidades de quem financia a empresa é resultado do cumprimento dos restantes pontos apresentados.

Um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável implica escolhas e formas de pensar que sejam inovadoras. Se o desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia contribui, por um lado para o crescimento económico, por outro pode contribuir para solucionar os riscos e as ameaças à sustentabilidade das nossas relações sociais, do meio ambiente e das economias.

Os novos conhecimentos e as inovações em tecnologia, gestão e políticas públicas representam um desafio às empresas, fazendo com que estas alterem o impacto que as suas operações, produtos, serviços e actividades têm no planeta, nas pessoas e nas economias. A urgência e magnitude destes riscos e ameaças para a nossa sustentabilidade colectiva, assim como as crescentes escolhas e oportunidades, farão com que a transparência das empresas na divulgação dos seus impactes na sustentabilidade global seja uma componente fundamental nas relações com os *stakeholders*, nas decisões sobre o investimento e nas restantes relações de mercado.

Para apoiar estas expectativas, é necessária uma estrutura de conceitos partilhada globalmente, uma linguagem consistente e uma métrica largamente compreendida, a fim de comunicar de forma clara e transparente, questões relativas à sustentabilidade. Esta comunicação está presente nos relatórios de sustentabilidade. A produção dos relatórios de sustentabilidade associa-se a uma postura socialmente responsável e a sua finalidade é informar os *stakeholders* das práticas que a empresa implementa a nível ambiental, social e económico e que vão além dos requisitos exigidos por lei. Ou seja, consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas aos vários *stakeholders* sobre o desempenho das empresas, visando atingir o objectivo do desenvolvimento sustentável.

2.2. A responsabilidade social empresarial

A responsabilidade social pode ser entendida como uma forma de intervir no meio ambiente, na pobreza, na violência, assim como noutros problemas com os quais as sociedades se defrontam. A sua definição passa pela capacidade de resposta que uma empresa tem para melhorar as relações com diferentes grupos ou empresas, segundo um

sistema de gestão onde são consideradas as expectativas desses grupos de interesses, o impacto económico, social e ambiental causado pela actividade empresarial.

A Responsabilidade Social Empresarial é um fio condutor segundo o qual deve seguir um projecto corporativo, ou seja, não deve ser um trabalho pontual mas sim contínuo na medida em que as necessidades da sociedade também o são. A responsabilidade social deixou de ser uma opção para as empresas, é uma questão de visão, de estratégia e muitas vezes de sobrevivência.

De acordo com D'Ambrósio e Melo (*apud* Melo e Froes, 2001:78), vem a ser a «decisão de participar mais directamente das acções comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrente do tipo de actividades que exerce».

Segundo o Livro Verde (2001), a RSE é essencialmente um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. A empresa é socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores, e assim opera por acreditar que será uma empresa melhor e estará a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Também o Parecer de Iniciativa sobre a Responsabilidade Social (2003) a define como a integração voluntária pelas empresas das preocupações sociais e ambientais nas suas actividades comerciais e nas suas relações com todas as partes. É complementar das soluções legislativas e contratuais a que as empresas estão ou podem vir a estar obrigadas, e que se aplicam a questões como o desenvolvimento da qualidade de emprego, a adequada informação, consulta de participação dos trabalhadores, bem como o respeito e promoção dos direitos sociais e ambientais e a qualidade dos produtos e serviços.

Esta definição implica uma abordagem integrada das dimensões financeira, tecnológica, comercial, deontológica e social.

Os autores Melo Neto e Froes (2004) afirmam que a melhor maneira de analisar a prática e o conceito de responsabilidade social é identificar as diferentes visões a seu respeito e apontam as seguintes: «a Responsabilidade Social como atitude e comportamento empresarial ético e responsável, como um conjunto de valores, como postura estratégica empresarial, de relacionamento, de marketing institucional, de valorização das acções da empresa, de recursos humanos, de valorização dos produtos e serviços, de inserção na comunidade, como promotora da cidadania individual e colectiva, como exercício da

consciência ecológica, como exercício da capacitação profissional, como estratégia de integração social».

Para o Instituto ETHOS (2005) o conceito de RSE é mais amplo, referindo-se à ética como princípio balizador com os quais a empresa interage. A questão da responsabilidade social vai além da postura legal empresarial com foco na qualidade das relações e na gerações de valor para todos. Uma empresa socialmente responsável deveria ter uma gestão baseada nos 3 P's, ou seja, uma gestão regulada por objectivos e preocupações relacionados com os Proveitos, o Planeta e as Pessoas. Neste âmbito alguns autores utilizam sete áreas como parte integrante da responsabilidade social: Governo das Sociedades, Direitos Humanos, Práticas Laborais, Ambiente, Práticas Operacionais, Consumidores, Envolvimento da Comunidade/ Desenvolvimento da Sociedade.



Figura 2.2: Áreas da RSE

Fonte: Guidance on Social Responsibility, ISO/WD4.1 26000,2007

Actualmente empresas que não se enquadram neste movimento podem sofrer críticas por parte dos seus *stakeholders*, sendo que neste sentido Ventura (2005) afirma que «o discurso sobre a responsabilidade social é contratual, justificando a acção em relação à sociedade, só passou que a prática é instrumental, no sentido de que deve também servir aos interesses da empresa».

Responsabilidade Social e Governo das Sociedades são um conjunto de mecanismos através dos quais se materializa a gestão e o controlo das sociedades de capital aberto, onde existem instrumentos que permitem avaliar e responsabilizar os gestores da sociedade pela sua gestão e performance. São conceitos complementares uma vez que as preocupações ao

nível do bem estar da sociedade quando incorporados na estratégia empresarial, nos instrumentos de gestão e suas operações, são passíveis de revestir valor económico.

As empresas evidenciam comportamentos de responsabilidade social quando, por exemplo, fazem transparecer a informação no mercado, quando seguem códigos de boas práticas de governo das sociedades, ou quando prosseguem uma política adequada de gestão de recursos humanos orientada para a formação e satisfação dos seus colaboradores.

2.3. Dimensões da Responsabilidade Social

A responsabilidade social das empresas materializa-se em duas dimensões, a interna e a externa. A nível interno passa pela gestão dos recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança e a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais.

Alguns autores tais como Costa (2002) dizem nos que a responsabilidade social interna tem como foco trabalhar o público interno da empresa, desenvolver um modelo de gestão participativa e de reconhecimento dos seus empregados, promovendo comunicações transparentes, motivando-as para um desempenho óptimo, compreendendo este modelo de gestão interna acções dirigidas aos empregados e dependentes bem como aos funcionários de empresas contratadas.

Na sua dimensão externa este conceito revela-se junto das comunidades locais, tais como os clientes e fornecedores, accionistas e investidores, na observância de direitos humanos universalmente consagrados bem como na gestão global do meio ambiente. Num sentido prático a RSE traduz-se na motivação dos trabalhadores e seu conseqüente aumento de produtividade, que poderão ser alcançados com práticas de aprendizagem, igualdade de oportunidades e remuneração, preocupação relativamente à empregabilidade e à segurança dos postos de trabalho e adopção de políticas de saúde e segurança no trabalho.

A reunião destes conceitos e o desenvolvimento de práticas que colaboram neste sentido, associa às empresas uma alargada atitude de responsabilidade, liderança, sofisticação e qualidade.

Ainda a nível interno, as políticas relativas ao impacto ambiental e aos recursos naturais, como sejam uma redução exploratória dos recursos utilizados, nas emissões poluentes ou na produção de resíduos que contribuem para a redução de despesas energéticas e eliminação de resíduos, bem como para a redução de matéria-prima e despoluição, contribuem para as boas práticas e reputação das empresas.

Relativamente à dimensão externa destaca-se a integração na comunidade na qual estabelecem relações, tais como a criação de oportunidades de emprego.

Para além do referido, a reputação das empresas, factor crucial para a garantia do sucesso no mercado, também se consegue através de práticas comerciais éticas, boas relações de clientes e fornecedores e o desenvolvimento de uma boa rede de contactos. Uma empresa socialmente responsável tem um papel importante no desenvolvimento das comunidades locais e pode fazê-lo através de patrocínios, doações, mecenato e voluntariado em áreas tão diversas como a educação, cultura, desporto, entre outras.

2.4. Evolução histórica do conceito

A questão da responsabilidade empresarial tornou-se evidente, de acordo com Toldo (2002), com o julgamento na Justiça Americana do caso Henry Ford em 1916. Os seus accionistas a contestarem o facto de, argumentando a realização de objectos sociais, Ford ter decidido não distribuir parte dos dividendos aos accionistas e investir na capacidade de produção, no aumento de salários e fundo de reserva para a diminuição esperada de receitas, devido à redução de preços dos carros. A Justiça decidiu em favor dos accionistas por entender que as corporações existem para benefício destes. Partindo deste caso, e sobre o clima da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, a ideia de que a empresa deveria responder apenas aos seus accionistas começou a sofrer fortes oposições e várias alterações surgiram nos EUA.

A preocupação com acções de carácter social constitui uma prática de longos anos. Em 1953 com a publicação da obra "*Social Responsibilities of the Businessman*", considerada o marco para o entendimento e sistematização da responsabilidade social das empresas, o tema adquiriu importância nos meios académico e empresarial. No início dos anos 60, nos EUA surgiu um movimento de popularização dos temas relativos à ética e responsabilidade que obteve grande apoio devido à guerra do Vietname, durante a qual a população fez boicote à aquisição de produtos e serviços de empresas que lucraram com o conflito. A par deste facto a luta pela igualdade de direitos, o fim da discriminação racial, a crescente sensibilização das mulheres e as suas acções de conquista pelo seu lugar no mercado de trabalho e na vida política, bem como a luta por novos valores e novas atitudes, alastrou rapidamente até à Europa e criou condições para fenómenos e movimentos sociais como o Maio de 1968. Porém, foi no final desta década e início dos anos 70 que o tema ganhou destaque quer nos EUA, quer na Europa, particularmente em França e Inglaterra quando as

empresas passaram a publicar relatórios sobre as actividades de carácter social. França foi segundo Tinoco (2001) o primeiro país do mundo a ter uma lei que obriga as empresas que tenham mais de 300 funcionários a elaborar e publicar o balanço social cujo objectivo se prendia com a comunicação ao pessoal do clima da empresa, ou seja as performances a nível social. Foi neste país que alguns pesquisadores na década de 70 se propuseram a reunir e comentar dados estatísticos correntes, uma vez que perceberam que com este trabalho a abordagem dos problemas socioeconómicos da nação se traduziam em património.

A nível internacional destacam-se *The Global Compact*, uma iniciativa da Empresa das Nações Unidas que, em plena viragem do milénio desafia as empresas a abraçarem e a implementarem na sua esfera de acção princípios e valores no domínio dos direitos humanos, das condições de trabalho, do ambiente e das acções anti corrupção, que aborda todos os actos contra as formas de corrupção, incluindo extorsão e subornos; Este programa determina que as empresas devem contribuir para a criação de uma estrutura sócio ambiental consistente, em mercados livres e abertos, assegurando que todos usufruem dos benefícios para a economia global, através do respeito de dez princípios básicos inspirados em declarações e princípios internacionais: apoiar e respeitar a protecção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; assegurar a não participação na violação desses direitos; apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efectivo do direito á negociação colectiva; apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado; apoiar a erradicação efectiva do trabalho infantil; apoiar a igualdade de remuneração e a eliminação da discriminação no emprego; adoptar uma abordagem preventiva para os desafios ambientais; desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis; actuar contra qualquer forma de corrupção incluindo a extorsão e o suborno. Destaca-se ainda a Norma BS 8800 e OHSAS 18001 que tratam de segurança e saúde no ambiente do trabalho. Além destas existem as normas AA 1000 e *Social Accountability* 8000 (SA 8000) com foco na responsabilidade social empresarial, cujos requisitos são baseados nas declarações internacionais de direitos humanos, na defesa dos direitos da criança e nas convenções da Empresa Internacional do Trabalho (OIT).

Esta última foi criada em 1997 e desenvolvida por um conselho internacional que reúne empresários, empresas não-governamentais (ONG's) e empresas sindicais. Esta norma quer encorajar a participação de todos os sectores na sociedade na melhoria das condições

de trabalho e de vida no ambiente corporativo, eliminar o trabalho forçado e acabar com a exploração do trabalho infantil, eliminar práticas de discriminação, regulamentar horários de trabalho, sistemas da gestão, promover a liberdade de associação e direito à negociação colectiva.



Figura 2.3: Metodologia de certificação

Fonte: Bureau Veritas Certification

Nos dias que correm, do grande grupo económico à mais pequena empresa, o tecido empresarial começou a pensar e a agir sobre a responsabilidade social. Há a preocupação de tratar os vários *stakeholders* da empresa de um modo ético e responsável. Este conceito inclui também responsabilidade económica. O objectivo mais vasto da responsabilidade social é o de criar níveis de vida mais elevados, quer para os trabalhadores, quer para os restantes *stakeholders*, preservando simultaneamente os lucros das empresas. Para além destes factos todas as empresas gostariam de se admiradas pela sociedade, pelos seus funcionários, pelos parceiros de negócios e pelos investidores. A riqueza de qualquer empresa designada contabilisticamente por património, está também ela relacionada com a imagem da empresa perante o consumidor, como tal a prática da responsabilidade social, espontânea ou por pressão, actualmente não constitui apenas uma tendência – uma empresa que se preocupa em realizar projectos sociais detém vantagens competitivas em relação às outras, uma vez que a responsabilidade social liga-se à imagem da empresa e aos produtos.

O Parecer de Iniciativa sobre a Responsabilidade Social refere que a responsabilidade social é a integração voluntária pelas empresas das preocupações sociais e ambientais nas

suas actividades comerciais e nas suas relações com todas as partes. É complementar à legislação e vínculos contratuais a que as empresas possam estar afectas, tais como a qualidade do emprego, a adequada informação, consulta e participação dos trabalhadores, bem como o respeito e promoção dos direitos sociais e ambientais e a qualidade de produtos e serviços. Este parecer abrange aspectos tão distintos como a gestão dos recursos humanos, a escolha dos parceiros comerciais e das tecnologias. A prática da Responsabilidade Social implica o cumprimento legal compulsivo.

Segundo alguns autores existem cerca de trezentos instrumentos para integrar a responsabilidade social nas estratégias e processos de gestão das empresas, como por exemplo o *Global Compact* da ONU, as directrizes da OCDE para as multinacionais, as directrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade emitidas pelo GRI, a norma AA1000 e a certificação SA8000, desenvolvidas por iniciativas individuais e por parcerias múltiplas. Ainda hoje não há um formato global de gestão da Responsabilidade Social que interligue uma hierarquia de modelos normativos, guias de processo e sistemas de gestão e que seja genericamente aceite. Neste sentido da *International Organization for Standardization Council* aprovou em 2004 a elaboração de uma norma internacional de directrizes de responsabilidade social, a ISO 26000, fornece orientação sobre como empresas e organizações podem operar de uma forma socialmente responsável. Isto significa agir de forma ética e transparente, que contribui para a saúde e bem-estar da sociedade. Esta norma fornece orientações em vez de requisitos, de modo que não pode ser certificada para ao contrário de alguns outros padrões bem conhecidos ISO. Instead, it helps clarify what social responsibility is, helps businesses and organizations translate principles into effective actions and shares best practices relating to social responsibility, globally. Em vez disso, ele ajuda a esclarecer o que é responsabilidade social, ajuda empresas e organizações traduzir os princípios em ações efetivas e ações práticas relativas à responsabilidade social, a nível mundial. It is aimed at all types of organizations regardless of their activity, size or location. Destina-se a todos os tipos de organizações, independentemente da sua actividade, dimensão ou localização. Na sua base esteve a recomendação para que cada país ou região criasse uma resposta de acordo com a sua realidade, de modo a que as empresas detivessem os instrumentos localmente adaptados para a definição e implementação da responsabilidade social, mas também para que vissem os seus interesses neste domínio reconhecidos e valorizados pelos *stakeholders*.

Em Março de 2005 o Organismo de Normalização Sectorial constituiu a Comissão Técnica de Responsabilidade Social – CT 164 – com o objectivo de realizar actividades de normalização no domínio da responsabilidade social, no âmbito do sistema Português de Qualidade e participar no desenvolvimento da Norma ISO 26000. Em 2008, a CT 164 composta por vários grupos da sociedade, deu por concluída a elaboração da Norma Portuguesa de Responsabilidade Social – NP 4469. A NP4469 é uma norma certificada e tem como base um sistema de gestão compatível com outros referenciais, auxiliando as empresas a criar e a manter as suas política e práticas de Responsabilidade Social.

2.5. Divulgação da Responsabilidade Social

Segundo Jannuzi (2002) os indicadores sociais deixaram de figurar apenas nos diagnósticos e relatórios governamentais ganhando um papel mais relevante na passagem do século. Para este mesmo autor, são alguns os factores que contribuíram para a difusão destes indicadores, tais como os de natureza político-institucional resultantes dos avanços nas democracias nas últimas décadas, o maior acesso da sociedade a diversas fontes de informação, o surgimento de empresas de natureza social, bem como a pressão efectuada pelas populações que, cada vez mais exigem maior transparência e efectividade nos gastos públicos. Para além destes existem ainda factores de natureza económico-social, resultantes da persistência de problemas sociais e históricos e da pobreza e desigualdade, aumento do desemprego e desigualdade social.

Segundo Moneva, Llena e Lameda (2005), a questão da adopção da divulgação está ligada á imagem económica e financeira da empresa.

A formação de indicadores sociais segue critérios que os classificam segundo as áreas temáticas da realidade social a que se referem, tais como os de saúde, educacionais, mercado de trabalho, demográficos, habitacionais, segurança pública e justiça. A denominação dos sistemas de indicadores sociais existe ainda em classes temáticas mais agregadas, tais como os indicadores socioeconómicos, Condições de Vida, Qualidade de Vida, Desenvolvimento Humano e Indicadores Ambientais. O mesmo indicador pode aparecer em mais do que uma área temática, sendo que a classificação dependerá da prática de pesquisa e das propriedades intrínsecas do indicador a utilizar.

Aliados aos indicadores estão um conjunto de instituições que se dedicam ao seu estudo, criação, cálculo e indicação de formatos de apresentação. De entre estas instituições salientam-se as seguintes: *Global Reporting Initiative* (GRI), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas (IBASE) e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.

O GRI foi constituída em 1997 pela *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) em cooperação com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Esta tem por objectivo equiparar relatórios sociais e de sustentabilidade aos relatórios financeiros, bem como construir uma base comum sobre a qual se possa instituir uma estrutura consistente para a divulgação de informações sobre as dimensões económicas, ambientais e sociais. Sugere 103 indicadores diferentes, os quais são agrupados em três dimensões que convencionalmente definem o desenvolvimento sustentável: a dimensão económica, ambiental e social.

O IBASE foi criado em 1981 por exilados políticos que retornavam aos paíes tendo como objectivo inicial democratizar a informação. A missão desta instituição é actuar estrategicamente no desenvolvimento de uma sociedade plenamente democrática, sem miséria, pobreza, desigualdade, negação dos direitos humanos ou quaisquer outras formas de exclusão social. Desenvolve Programas de Acção focados nas políticas públicas e na globalização, Processos Sociais de Inclusão, Participação e Desenvolvimento Local Sustentável, Transparência e Responsabilidade Social. Uma das suas prioridades é estimular o exercício da responsabilidade social, não apenas nas empresas mas também no Estado e nos cidadãos. Para tal o Programa de Transparência e Responsabilidade Social tem o objectivo de sensibilizar empresas, governos e sociedade a fazer face à pobreza e às desigualdades, através da transparência no orçamento público e no balanço social das empresas.

Os Indicadores Ethos foram desenvolvidos em 1998 por um grupo de empresários, para auxiliar as empresas a compreender e incorporar o conceito de Responsabilidade Social no quotidiano da sua gestão, como prática caracterizada pela permanente preocupação com a qualidade das relações para com os diferentes públicos ou *stakeholders*. Estes indicadores podem ajudar as empresas a definir o caminho da responsabilidade social empresarial, pois uma empresa que se associe ao instituto Ethos passa automaticamente a ter acesso a informações actualizadas sobre acções empresariais socialmente responsáveis e recebe apoio técnico na gestão dos seus negócios. Na verdade esta tem como missão mobilizar,

sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem os seus negócios de forma social, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade mais próspera e justa. Este Instituto desenvolveu um conjunto de indicadores que, quando adoptados e avaliados, permitem que a empresa identifique a sua performance em relação a práticas socialmente responsáveis.

Os indicadores são apresentados em forma de um questionário de avaliação da empresa, dividido em sete grandes temas que são avaliados por meio de dois grupos de controlo, o grupo de *benchmark* ou referência a empresa focalizada. Por meio dos indicadores Ethos de Responsabilidade Social a empresa pode não só avaliar mas também planear as suas acções de Responsabilidade Social, visando a excelência e a sustentabilidade dos seus negócios, tornando possível verificar o estágio em que se encontram as práticas de Responsabilidade Social no seu seio e aprimorá-las se for necessário.

2.5.1. *Global Reporting Initiative (GRI)*

O GRI corresponde a uma iniciativa internacional cuja missão é elaborar e difundir as directrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade. A sua aplicação permite a elaboração de relatórios de dimensões económica, ambiental e social, cuja informação uma vez divulgada, será facilmente comparável com uma outra empresa. A estrutura deste modelo foi concebida para ser utilizado por empresas de qualquer dimensão, sector ou localização e tem em consideração os aspectos práticos com que se deparam inúmeras empresas, desde pequenas empresas até multinacionais com operações variadas e geograficamente dispersas. Alguns dos objectivos atribuídos a este modelo passam por questões tais como manter e fortalecer os níveis de confiança entre a instituição e os seus *stakeholders*; interligar funções diversas mas complementares, tais como finanças, marketing, Investigação & Desenvolvimento e Operações; identificar antecipadamente desafios e oportunidades, nos diversos âmbitos de actuação, no relacionamento externo e na gestão de imagem; avaliar e medir o valor das práticas de sustentabilidade, relativamente à estratégia e competitividade geral do negócio; reduzir a volatilidade do valor do investimento e a incerteza ocasionada pela surpresa da informação incompleta ou desfasada no tempo.

2.5.1.1. *As directrizes e princípios do GRI*

A estrutura de elaboração do GRI possui directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Estes consistem em princípios, orientações e informações padrão que

incluem indicadores de desempenho cujos elementos são considerados idênticos em peso e importância. O seu modelo de elaboração tem protocolos de indicadores que fornecem orientação de como relatar cada um deles. Estes mesmos são organizados de acordo com uma estrutura padrão e apresentam para cada um, uma explicação sobre a sua relevância, definições e termos utilizados, orientações para a documentação e referências para aprofundamento da compreensão sobre as questões.

Os princípios para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade estabelecem um acordo entre o produtor do relatório e os respectivos utilizadores como forma de garantia da percepção da informação contida no mesmo. Estes princípios devem ter uma base duradoura que possibilite a evolução da avaliação do desempenho com base nos conhecimentos, considerando o GRI que os relatórios baseados nestes princípios serão mais credíveis e transparentes.

Os princípios para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade dividem-se em dois grandes grupos, a definição do conteúdo dos Relatórios, Qualidade e Limite e a Qualidade dos mesmos.

Relativamente ao conteúdo dos relatórios de sustentabilidade, este deve assegurar uma apresentação equilibrada e razoável do desempenho da empresa. Para tal o recurso à estrutura de relatórios do GRI deve seguir uma abordagem que se divide em quatro categorias:

- a construção da estrutura do relatório tem em conta os princípios da transparência, da inclusão e da auditabilidade;
- a conclusão dos relatórios tem por base o princípio da abrangência, da relevância e do contexto da sustentabilidade;
- a garantia da qualidade e de fidedignidade assentam nos princípios da exactidão, neutralidade e comparabilidade;
- as preocupações inerentes ao modo como a informação é revelada têm associadas os princípios da clareza e da periodicidade.

De acordo com as directrizes, os princípios de transparência e de inclusão são os pontos de partida para a elaboração dos relatórios e são a base de criação de todos os outros princípios; de acordo com o princípio da transparência, as informações devem estar disponíveis de modo a serem perceptíveis aos *stakeholders* que utilizam o relatório.

Relativamente ao princípio da inclusão dos *stakeholders*, a empresa responsável pelo relatório deverá identificar aos seus *stakeholders* e explicar, no próprio documento, em que medida correspondeu às expectativas e questões levantadas pelas mesmas.

Os princípios de contexto de sustentabilidade, de abrangência e de relevância têm um papel chave na determinação do que deve ser incluído num relatório; segundo o princípio do contexto de sustentabilidade, o relatório deve apresentar o desempenho da empresa no contexto mais abrangente da sustentabilidade, os relatórios deverão procurar formas de comunicar o desempenho em relação à sustentabilidade num sentido mais lato. As empresas que operam em várias localidades, dimensões e sectores têm de equacionar a melhor forma de enquadrar o seu desempenho global no vasto contexto de sustentabilidade. Relativamente ao princípio da abrangência, a cobertura das questões e dos indicadores relevantes e materiais, assim como a definição do limite do relatório, deverão ser suficientes para permitir que os *stakeholders* avaliem o desempenho económico, ambiental e social da empresa relatora, no período abrangido pelo relatório.

A abrangência é composta por três dimensões: o âmbito, o limite e o tempo. O âmbito refere-se ao conjunto de questões de sustentabilidade contidas num relatório, o somatório das questões e dos indicadores relatados deve ser suficiente para demonstrar quais os impactos significativos. O limite refere-se ao desempenho do conjunto de empresas representadas no relatório. O tempo, uma vez que as informações seleccionadas devem estar completas no período de tempo declarado pela empresa relatora.

O princípio da relevância diz-nos que as informações presentes num relatório deverão abranger questões e indicadores que reflectam os impactes económicos, ambientais e sociais mais relevantes da empresa, ou que poderiam influenciar significativamente as avaliações e decisões dos *stakeholders* que recorram ao relatório. As questões e os indicadores relevantes são aqueles que podem ser considerados importantes, por reflectirem os impactos económicos, ambientais e sociais da empresa, ou pela influência que exercem nas decisões dos *stakeholders*. A relevância na elaboração dos relatórios não se limita apenas àquelas questões de sustentabilidade que têm um impacto financeiro significativo na empresa. A combinação de factores internos e externos deve ser utilizada para determinar se a informação é relevante, incluindo factores tais como a meta global e a estratégia competitiva da empresa, as principais preocupações expressas directamente pelos *stakeholders*.

A qualidade e fidedignidade do conteúdo dos relatórios são garantidas pelos princípios de neutralidade, comparabilidade e exactidão. Relativamente ao princípio da comparabilidade, as questões e as informações devem ser seleccionadas, compiladas e comunicadas de uma forma consistente, e apresentadas de forma a permitir aos *stakeholders* o recurso ao relatório para analisar mudanças no desempenho da empresa, ao longo do tempo, assim como realizar análises a outras empresas. A comparabilidade é a base para a avaliação do desempenho. A coerência na elaboração do relatório, permite comparar o desempenho e avaliar os progressos, como parte das actividades de análise, decisões de investimento, programas de defesa, entre outras actividades. No que se refere ao princípio da exactidão, as informações relatadas devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* que recorram ao relatório, possam tomar decisões com um elevado grau de confiança. As características que determinam a exactidão variam de acordo com a natureza das informações e com o utilizador das mesmas. O nível de exactidão necessária depende da utilização que se pretende fazer das informações.

Os princípios da clareza e periodicidade estão na base do acesso e da disponibilidade dos relatórios. Quanto à periodicidade, as informações são apresentadas atempadamente de acordo com um cronograma regular, de forma a permitir que, ao utilizar o relatório, os *stakeholders* possam tomar decisões sustentadas. A periodicidade da divulgação está relacionada não só com a regularidade da elaboração do relatório, mas também com a proximidade dos acontecimentos nele descritos. Outro dos princípios que está na base da elaboração dos relatórios é o do equilíbrio, segundo o qual o relatório deve reflectir os aspectos positivos e negativos do desempenho da empresa, de modo a permitir uma avaliação equilibrada e razoável do seu desempenho global. A apresentação geral do conteúdo do relatório deve revelar uma imagem fiel do desempenho da empresa responsável pela sua elaboração.

Quanto ao princípio da fidedignidade, as informações e os processos utilizados na preparação do relatório devem ser recolhidos, registados, compilados, analisados e divulgados, de modo a poderem ser sujeitos a análise, o que estabelece a qualidade e relevância da informação. As informações e dados incluídos no relatório devem ser sustentados por verificações internas ou documentação que possa ser analisada por indivíduos que não os que preparam o documento.

2.5.1.2. Os Indicadores de Desempenho

Os indicadores do GRI na elaboração dos relatórios abordam os três pilares da sustentabilidade, o crescimento económico, social e ambiental, que são apresentados em indicadores que caracterizam a empresa alvo de análise. O GRI, para facilitar e determinar a importância de cada dimensão relativa à sustentabilidade, definiu três níveis de análise: categorias, aspectos e indicadores.

As “Categorias” são áreas ou agrupamentos das questões económicas, ambientais ou sociais que afectam os *stakeholders*. Os “Aspectos” correspondem a elementos relacionados com uma categoria específica, sendo que os “Indicadores” são valores específicos de um aspecto concreto que podem ser utilizados para acompanhar e demonstrar o desempenho. Os indicadores podem ser quantitativos e qualitativos.

Os indicadores de desempenho que caracterizam a estrutura do GRI estão relacionados com:

- Desempenho Económico;
- Desempenho Ambiental;
- Desempenho Social.

No âmbito dos indicadores de desempenho económico (DE), a dimensão económica da sustentabilidade refere-se aos impactos da empresa sobre as condições económicas dos seus *stakeholders* e sobre os sistemas económicos a nível local, nacional e global. Os indicadores económicos ilustram o fluxo de capital entre as diferentes *stakeholders* e os principais impactos económicos da empresa sobre toda a sociedade. Esta tipologia de indicadores compreende o seguinte:

Quadro 2.1: Indicadores Económicos

Aspecto	Indicadores	Descrição
Essencial	EC1	Valor económico directo gerado e distribuído
Essencial	EC2	Implicações financeiras/riscos e oportunidades para a organização devido a alterações climáticas
Essencial	EC3	Cobertura de Obrigações referente a planos de benefícios definidos pela organização
Essencial	EC4	Apoio financeiro recebido pelo governo
Complementar	EC5	Rácio entre o salário + baixo/salário mínimo local nas unidades operacionais
Essencial	EC6	Políticas praticas e proporção de custos de fornecedores locais
Essencial	EC7	Procedimentos para contratação local e cargos de gestão
Essencial	EC8	Desenvolvimento Impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visem benefício público
Complementar	EC9	Descrição Impactos económicos indirectos incluindo a sua extensão

Fonte: Adaptado do GRI (2006)

No que se refere aos indicadores de desempenho ambiental (DA), os mesmos referem-se aos impactos da empresa nos sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas,

solos, ar e água. Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado com os consumos e com a produção. Estes indicadores englobam ainda o desempenho relacionado com a biodiversidade, com a conformidade ambiental e outras informações relevantes, tais como despesas com o meio ambiente, e os impactos de produtos e serviços. O relatório deve divulgar os objectivos propostos e seu desempenho no interior da empresa, a política da empresa, a responsabilidade organizacional, formação e sensibilização. Seguidamente são apresentados os indicadores de desempenho ambiental:

Quadro 2.2: Indicadores Desempenho Ambiental

Aspecto	Indicadores	Descrição
Aspecto	Materiais	
Essencial	EN1	Materiais utilizados medidos em peso e volume
Essencial	EN2	Percentagem de materiais utilizados provenientes da reciclagem
Aspecto	Energia	
Essencial	EN3	Consumo directo de energia discriminado pela fonte de energia
Essencial	EN4	Consumo directo de energia, discriminado de fonte primária
Complementar	EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência
Complementar	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética
Complementar	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas
Aspecto	Água	
Essencial	EN8	Consumo total de água, por fonte
Complementar	EN9	Recursos hídricos afectados pelo consumo de água
Complementar	EN10	Percentagem e Volume de água reciclada e reutilizada
Aspecto	Biodiversidade	
Essencial	EN11	Localização de terrenos em zonas protegidas
Essencial	EN12	Descrição de impactos sobre biodiversidade das áreas protegidas
Complementar	EN13	Habitats protegidos ou recuperados
Complementar	EN14	Estratégias e programas, actuais e futuros de gestão de impactos de biodiversidade
Complementar	EN15	Numero de espécies na lista vermelha da IUCN e Lista Conservação das espécies
Aspecto	Emissões, Efluentes e Resíduos	
Essencial	EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeitos de estufa por peso
Essencial	EN17	Outras emissões de gases com efeitos de estufa
Complementar	EN18	Iniciativas para reduzir a emissão de gases
Essencial	EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono
Essencial	EN20	Nox e outras emissões atmosféricas significativas
Essencial	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino
Essencial	EN22	Quantidade total de resíduos
Essencial	EN23	Número e volume total de derrames significativos
Complementar	EN24	Peso dos resíduos transportados considerados perigosos
Complementar	EN25	Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos e habitats
Aspecto	Produtos e Serviços	
Essencial	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais
Essencial	EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens
Aspecto	Conformidade	
Essencial	EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas e numero total de sanção não monetárias
Aspecto	Transporte	
Complementar	EN29	Impactes ambientais significativos resultante do transporte de produtos e bens
Aspecto	Geral	
Complementar	EN30	Total dos custos e investimentos com a protecção ambiental

Fonte: Adaptado do GRI (2006)

Quanto aos indicadores de desempenho social, a dimensão social da sustentabilidade refere-se aos impactos da empresa nos sistemas sociais em que opera. Os indicadores referidos no GRI nesta área identificam aspectos de desempenho fundamentais no que se refere a práticas laborais, a direitos humanos, à sociedade e à responsabilidade. Estes identificam práticas laborais e trabalho decente, baseadas em normas internacionais. Nos relatórios esta área disponibiliza informação sobre tópicos relacionados com o emprego, relação entre trabalhadores e administração, saúde e segurança no trabalho, formação e educação entre outros, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro 2.3: Indicadores Desempenho Social

Aspecto	Indicadores	Descrição
Aspecto	Emprego	
Essencial	LA1	Discrimina a mão de obra total, por tipo de emprego/contrato de trabalho/região
Essencial	LA2	Numero de trabalhadores/taxa de rotatividade/faixa etária/genero e região
Complementar	LA3	Benefícios concedidos aos funcionarios a tempo inteiro/tempo facial
Aspecto	Relações funcionários/administração	
Essencial	LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por contratação colectiva
Essencial	LA5	Prazos mínimos de notificação previa para mudanças operacionais
Aspecto	Segurança e Saude no Trabalho	
Complementar	LA6	% totalidade mão de obra representada em comissões formais segurança e saúde
Essencial	LA7	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo, óbitos
Essencial	LA8	Programas de formação/educação/aconselhamento
Complementar	LA9	Saude e segurança abrangidos acordos formais de sindicatos
Aspecto	Formação e Educação	
Complementar	LA10	Média de Horas de Formação por ano/trabalhador
Complementar	LA11	Programas de gestão de competências e aprendizagem continua
Complementar	LA12	% funcionarios que recebem análises de desempenho e desenvolvimento carreira
Aspecto	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	
Essencial	LA13	Composição Órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria
Essencial	LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens/mulheres por categorias e funções

Fonte: Adaptado do GRI (2006)

Os indicadores de desempenho relativos aos direitos humanos, designados por indicadores de desempenho social, requerem que as empresas incluam nos seus relatórios a importância dada aos impactes dos direitos humanos, através dos investimentos e das práticas de selecção de fornecedores/empresas contratadas. Adicionalmente estes indicadores incluem a formação dos funcionários e do pessoal, de segurança em direitos humanos, abrangendo também a não discriminação, a liberdade de associação, o trabalho infantil, o trabalho forçado e escravo e os direitos indígenas, entre os quais:

Quadro 2.4: Indicadores Direitos Humanos

Aspecto	Indicadores	Descrição
Aspecto	Práticas de Investimento e de Aquisições	
Essencial	HR1	% numero de contratos de investimento que incluam causas de direitos humanos
Essencial	HR2	% fornecedores e empresas contratadas submetidas a avaliações de direitos humanos
Complementar	HR3	numero horas formação em politicas e procedimentos
Aspecto	Não-Discriminação	
Essencial	HR4	Número total de casos de discriminação e acções tomadas
Aspecto	Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva	
Essencial	HR5	Casos risco significativo de impedimento ao livre exercicio de liberdade de associação
Aspecto	Trabalho Infantil	
Essencial	HR6	Casos risco significativo de trabalho infantil e medidas de eliminação
Aspecto	Trabalho Forçado e Escravo	
Essencial	HR7	Risco significativo de ocorrência trabalho forçado ou escravo
Aspecto	Práticas de Segurança	
Complementar	HR8	Pessoal de segurança submetido a formação de direitos humanos
Aspecto	Direitos dos Povos Indígenas	
Complementar	HR9	Incidentes que envolvam violação dos direitos dos povos indigenas e acções tomadas

Fonte: Adaptado do GRI (2006)

Os indicadores de desempenho relativos à sociedade centram-se nos impactos que as empresas têm nas comunidades e na divulgação da forma como os riscos são geridos e medidos. Procura-se, em particular, informação sobre os riscos associados ao suborno e corrupção, à influência indevida na elaboração de políticas públicas e nas práticas de monopólio, como são os casos dos que seguidamente se apresentam:

Quadro 2.5: Indicadores Sociedade

Aspecto	Indicadores	Descrição
Aspecto	Comunidade	
Essencial	S01	Natureza, âmbito e eficácia dos programas para medir os impactes das operações
Aspecto	Corrupção	
Essencial	S02	% e numero unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção
Essencial	S03	% trabalhadores com formação politica e praticas de anticorrupção
Essencial	S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção
Aspecto	Políticas Públicas	
Essencial	S05	Posição e participação na elaboração de politicas publicas e grupos de pressão
Complementar	S06	Valor contribuições financeiras discriminadas por país
Aspecto	Concorrência Desleal	
Complementar	S07	Total acções judiciais por concorrência desleal e práticas de monopolio e resultados
Aspecto	Conformidade	
Essencial	S08	Montantes de coimas e numeros sanções por incumprimento leis ambientais

Fonte: Adaptado do GRI (2006)

Os indicadores de desempenho referentes à responsabilidade pelo produto abordam os aspectos dos produtos e dos serviços da empresa relatora que afectam directamente os clientes: saúde e segurança, informações de rotulagem, marketing e privacidade. Estes aspectos são tratados através da divulgação dos regulamentos internos e do nível de cumprimento dos mesmos.

Quadro 2.6: Indicadores Responsabilidade por Produto

Aspecto	Indicadores	Descrição
Aspecto	Saúde e Segurança do Cliente	
Essencial	PR1	Ciclo de vida dos produtos e serviços/impactos saúde e segurança
Complementar	PR2	Numero incidentes resultantes de não conformidades dos produtos
Aspecto	Rotulagem de Produtos e Serviços	
Essencial	PR3	Informação produtos e serviços exigida por regulamentos
Complementar	PR4	Numero incidentes resultantes de não conformidades dos regulamentos e códigos
Complementar	PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente
Aspecto	Comunicações de Marketing	
Essencial	PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos relacionadas com marketing
Complementar	PR7	Numero total de incidentes resultantes de não conformidades com regulamentos
Aspecto	Privacidade do Cliente	
Complementar	PR8	Total de reclamações registadas relativas a violação de privacidade de clientes
Aspecto	Conformidade	
Essencial	PR9	Montante Coimas por incumprimento

Fonte: Adaptado do GRI 2006

3. Revisão da Literatura

A responsabilidade social das empresas tem sido um tema de destaque na sociedade actual, sendo crescente o movimento pela procura ética da Responsabilidade Social. Empresários, Governo e Sociedade Civil perceberam a importância das acções socialmente responsáveis para o progresso e o desenvolvimento do país. Paralelamente a todos eles também se tem desenvolvido muitos estudos acerca do tema, para verificar em que medida o relato das informações de carácter social é importante para esse mesmo desenvolvimento.

Temos o caso de Peña (1999) que, com o objectivo de observar a informação social das contas anuais, analisou alguns relatórios de várias empresas em Espanha. Este estudo teve como base cinco empresas espanholas de sectores diferentes, consideradas líderes no seu campo de acção e de grande dimensão organizacional no que se refere ao número de trabalhadores. Nesse estudo o autor pretendia extrair o nível de informação social publicado e a conclusão obtida foi de que todas elas utilizam um alargado número de indicadores para controlar os aspectos sociais da empresa. Apenas carecem de uma certa normalização de processos, pois a informação praticada difere quanto ao conteúdo e finalidade.

Também um estudo realizado por Moreira (2003), mediante entrevistas a 123 dirigentes de grandes empresas portuguesas, permitiu concluir que as empresas incorporam nas suas decisões, nas estratégias e nas acções, diversos critérios que ultrapassam os requisitos económicos.

Oliveira (2005) avaliou os balanços sociais das 500 maiores sociedades anónimas não financeiras brasileiras. Ditou como conclusão que, quanto maior a empresa mais se publica nos balanços sociais, e que as empresas que mais publicam são aquelas cujo sector de actividade tem mais impacto nos sectores sociais e ambientais.

O estudo levado a cabo por Gasparino (2006) intitulado *Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com ênfase no GRI: Comparação entre Empresas do Sector de Papel e Celulose dos Estados Unidos e Brasil*, baseou-se em 6 empresas do sector de papel e celulose, três destas americanas e três brasileiras, e teve como objectivo comparar os relatórios sociais americanos e brasileiros, visando identificar as diferenças dos mesmos. Este estudo permitiu concluir que os relatórios das empresas americanas analisadas são mais completos no que respeita aos dados que os compõem, mas não atendem na sua maioria aos conteúdos propostos pelo GRI.

Carvalho e Siqueira (2007) desenvolveram um estudo cujo objectivo assenta na verificação do grau de aderência aos indicadores essenciais do GRI, bem como do grau de evidenciação efectiva destes, para as empresas latino-americanas que utilizam as Directrizes GRI e que divulgam os seus relatórios pela internet. Segundo as suas conclusões, os menores índices de relato estão concentrados no grupo de indicadores sociais; já o grupo de indicadores económicos é o que apresenta maior média. Por outro lado, as empresas que afirmam possuir um relatório “de acordo com” o GRI não foram as que obtiveram os melhores resultados. Para além disso as empresas analisadas encontram-se em diferentes estágios de aderência às Directrizes do GRI.

O estudo realizado por Filho (2007) conclui que nem todas as empresas brasileiras analisadas divulgam informação no formato GRI, pois apesar de presente, a informação é dispersa, pouco clara e de difícil entendimento, o que dificulta a sua utilização e diminui a sua utilidade aos olhos dos utilizadores da informação financeira.

Abadia (2007), através do seu estudo analisou as práticas de sustentabilidade das PME espanholas através dos relatos respectivos publicados pelo GRI, refere uma má empresa nos relatos ambientais e um nível de informação de relatos económicos e sociais relativamente baixo.

Celis (2012), na sequência da análise da base de dados do GRI, revelou que as empresaseuropeias e japonesas são as líderes em relatos sociais e ambientais, seguidas pelas empresas dos EUA e do Canadá. As possíveis justificações apresentadas para estas

divergências são os incentivos governamentais atribuídos a estes países, que incentivam a publicação deste tipo de relatórios.

Outro estudo desenvolvido em Portugal por Dias (2009), teve como objectivo obter evidência empírica sobre as práticas e grau de divulgação por parte das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa no exercício de 2005, procurando identificar os indicadores económicos, ambientais e sociais mais relevantes para cada sector de actividade. Os resultados obtidos neste estudo sugerem que o relato empresarial da sustentabilidade não é uma prioridade para os decisores das empresas que constituem a amostra. No entanto, se considerarmos que em Portugal o processo de comunicação empresarial de temas éticos, económicos, ambientais e sociais é essencialmente voluntário, estes resultados podem considerar-se bastante positivos.

Outro estudo apresentado por Arruda (2010) decorre de uma pesquisa realizada através da análise de documentos organizacionais disponíveis nos sites das 100 maiores empresas latino-americanas, listadas no ranking de "O maior 500" elaborado pela revista norte-americana "Economia". O estudo é caracterizado como uma análise de secção transversal, onde os países e sectores foram estudados como casos individuais. Para a colecta de dados foi utilizado o modelo proposto por Silberhorn e Warren (2007), que inclui princípios de motivação, processos de RSE e questões relacionadas com *stakeholders*. Para a análise dos resultados foram feitas comparações entre os países pesquisados e os sectores a que pertencem as empresas. Verificou-se que, em geral, as empresas do Brasil estavam mais preocupadas em termos de acções socialmente responsáveis, que as outras empresas de outros países da América Latina. Entre os diferentes sectores da economia, o sector do comércio e do petróleo e gás destacaram-se positivamente sobre os processos e acções socialmente responsáveis, enquanto o sector automóvel/reparação de peças corresponde ao sector que tem demonstrado menos interesse em questões de RSE.

Alves (2010) pretendia avaliar o grau de utilização da demonstração do valor acrescentado na apresentação de informação económica nas empresas do PSI20 e IBEX35. Concluiu que a informação proveniente das empresas espanholas têm um melhor tratamento relativamente ao modo como apresenta o seu valor acrescentado, algo a seu ver inexplicável pois o mercado espanhol é cerca de quatro vezes maior que o mercado português.

Oliveira (2010), num estudo designado de Responsabilidade Social Empresarial, um estudo às práticas das 100 maiores empresas portuguesas que pretendeu medir a performance de relato destas de práticas de responsabilidade social, conclui que há muito a fazer nesta área, uma vez que poucas empresas se dedicam a estas práticas.

Moreiras (2010) estudou 108 pequenas e médias empresas portuguesas, inquirindo-as acerca da sua orientação sobre a responsabilidade social. A análise empírica revela que o contexto das pequenas e médias empresas (PMEs) Portuguesas é caracterizado por dois *clusters* distintos de empresas – um representativo de uma visão moderna da RSE, outro representativo de uma visão clássica. Os indicadores de performance organizacional revelam um melhor desempenho para o *cluster* representativo de uma visão moderna da RSE – as empresas modernas têm uma visão mais ampla sobre a responsabilidade, pois acreditam que os negócios devem estar relacionados com áreas sociais e que esses investimentos reverterão para a empresa. Já segundo a visão mais clássica, as empresas devem apenas preocupar-se com os lucros e não com questões de carácter social, pois estas não são de todo rentáveis para as empresas.

Domingos (2010) estudou questões relacionadas com a informação disponibilizada pelas empresas portuguesas nos seus relatórios e contas e de sustentabilidade quando existente, nos anos de 2006 a 2008. Concluiu que o grau de divulgação voluntária de informação que as empresas da *Euronext* Lisboa atribuem à estrutura do GRI 2006, como referencial da normalização da informação contabilística voluntária, ainda é reduzido. Ainda que no período de 2006 a 2008 essa informação tenha aumentado significativamente, são divulgados apenas 30 indicadores do total de 79 indicadores do GRI.

As conclusões do trabalho desenvolvido por Silva (2011), que estudou os indicadores de 24 das 30 maiores empresas de cada país, indicam que os relatos dependem do país em que estão inseridos, e que o nível de divulgação dos indicadores sociais, económicos e ambientais é mais detalhado em Portugal comparativamente à média das empresas do Brasil e EUA.

Carvalho (2008) ao analisar a informação voluntária sobre responsabilidade social em Portugal nos anos de 2006 a 2008, verificando o grau de divulgação que as empresas cotadas atribuem à estrutura do GRI. Verificou que dos 79 indicadores em 2006 apenas 20 eram divulgados, sendo que no ano de 2008 este valor passa para os 30. Tudo isto significa que a divulgação social em Portugal nestes anos era ainda reduzida.

4. Metodologia

A presente parte tem como objectivo apresentar as técnicas de pesquisa para o desenvolvimento deste estudo, e a justificação da sua elaboração, o que implica a prossecução das seguintes etapas: definição da população, das variáveis e dos factores a considerar; definição das técnicas a utilizar no método de pesquisa e no tratamento da informação recolhida, e dos métodos de análise dos dados; apresentação dos dados recolhidos de acordo com o método seleccionado.

4.1. Metodologia

Em termos metodológicos o trabalho teve como ponto de partida um estudo exploratório por meio do qual foram obtidas informações sobre o objecto de estudo, através de uma revisão da literatura existente. As informações foram recolhidas através da consulta de obras editadas, artigos publicados em revistas da especialidade e *websites*.

4.2. Objectivo

O objectivo deste trabalho assenta na análise do nível de divulgação de informação de natureza social efectuada por 51 das maiores empresas portuguesas (Anexo 1), relativamente ao ano de 2010.

Tendo por base o referido, foi desenvolvido este estudo, recolhidos dados que, depois de tratados estatisticamente, serão apresentados e analisados no capítulo seguinte.

4.3. Amostra, variáveis e factores

Para o presente trabalho foram seleccionadas 51 das 500 empresas do ranking apresentado em 2011, constantes da edição especial da revista Exame, intitulada “500 Maiores & Melhores Empresas”. A selecção da amostra é justificada pelo facto de, entre as 500 empresas, serem somente as 51 que integram a amostra, as que disponibilizam no seu *website* institucional os respectivos relatórios de sustentabilidade.

As variáveis seleccionadas tiveram como base os indicadores de desempenho sociais propostos pelo GRI (versão 3) que, segundo as suas directrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, organiza a dimensão social em quatro categorias já referidas na revisão da literatura, nomeadamente: práticas trabalhistas e trabalho decente; direitos humanos; sociedade; responsabilidade pelo produto;

As variáveis e sua descrição são apresentadas seguidamente:

Quadro 4.1. Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

Aspecto	Indicadores	Descrição
Aspecto	Emprego	
Essencial	LA1	Discrimina a mão de obra total, por tipo de emprego/contrato de trabalho/região
Essencial	LA2	Numero de trabalhadores/taxa de rotatividade/faixa etária/genero e região
Complementar	LA3	Benefícios concedidos aos funcionarios a tempo inteiro/tempo facial
Aspecto	Relações funcionários/administração	
Essencial	LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por contratação colectiva
Essencial	LA5	Prazos minimos de notificação previa para mudanças operacionais
Aspecto	Segurança e Saude no Trabalho	
Complementar	LA6	% totalidade mão de obra representada em comissões formais segurança e saúde
Essencial	LA7	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo, óbitos
Essencial	LA8	Programas de formação/educação/aconselhamento
Complementar	LA9	Saude e segurança abrangidos acordos formais de sindicatos
Aspecto	Formação e Educação	
Complementar	LA10	Média de Horas de Formação por ano/trabalhador
Complementar	LA11	Programas de gestão de competências e aprendizagem continua
Complementar	LA12	% funcionarios que recebem análises de desempenho e desenvolvimento carreira
Aspecto	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	
Essencial	LA13	Composição Orgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria
Essencial	LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens/mulheres por categorias e funções

Fonte: Adaptado do GRI (2006)

Quadro 4.2. Direitos Humanos

Aspecto	Indicadores	Descrição
Aspecto	Práticas de Investimento e de Aquisições	
Essencial	HR1	% numero de contratos de investimento que incluam causas de direitos humanos
Essencial	HR2	% fornecedores e empresas contratadas submetidas a avaliações de direitos humanos
Complementar	HR3	numero horas formação em politicas e procedimentos
Aspecto	Não-Discriminação	
Essencial	HR4	Número total de casos de discriminação e acções tomadas
Aspecto	Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva	
Essencial	HR5	Casos risco significativo de impedimento ao livre exercicio de liberdade de associação
Aspecto	Trabalho Infantil	
Essencial	HR6	Casos risco significativo de trabalho infantil e medidas de eliminação
Aspecto	Trabalho Forçado e Escravo	
Essencial	HR7	Risco significativo de ocorrência trabalho forçado ou escravo
Aspecto	Práticas de Segurança	
Complementar	HR8	Pessoal de segurança submetido a formação de direitos humanos
Aspecto	Direitos dos Povos Indígenas	
Complementar	HR9	Incidentes que envolvam violação dos direitos dos povos indigenas e acções tomadas

Fonte: Adaptado do GRI (2006)

Quadro 4.3. Sociedade

Aspecto	Indicadores	Descrição
Aspecto	Comunidade	
Essencial	S01	Natureza, âmbito e eficácia dos programas para medir os impactes das operações
Aspecto	Corrupção	
Essencial	S02	% e numero unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção
Essencial	S03	% trabalhadores com formação politica e praticas de anticorrupção
Essencial	S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção
Aspecto	Políticas Públicas	
Essencial	S05	Posição e participação na elaboração de politicas publicas e grupos de pressãp
Complementar	S06	Valor contribuições financeiras discriminadas por pais
Aspecto	Concorrência Desleal	
Complementar	S07	Total acções judiciais por concorrência desleal e práticas de monopolio e resultados
Aspecto	Conformidade	
Essencial	S08	Montantes de coimas e numeros sanções por incumprimento leis ambientais

Fonte: Adaptado do GRI (2006)

Quadro 4.4. Responsabilidade pelo produto

Aspecto	Indicadores	Descrição
Aspecto	Saúde e Segurança do Cliente	
Essencial	PR1	Ciclo de vida dos produtos e serviços/impactos saúde e segurança
Complementar	PR2	Numero incidentes resultantes de não conformidades dos produtos
Aspecto	Rotulagem de Produtos e Serviços	
Essencial	PR3	Informação produtos e serviços exigida por regulamentos
Complementar	PR4	Numero incidentes resultantes de não conformidades dos regulamentos e códigos
Complementar	PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente
Aspecto	Comunicações de Marketing	
Essencial	PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos relacionadas com marketing
Complementar	PR7	Numero total de incidentes resultantes de não conformidades com regulamentos
Aspecto	Privacidade do Cliente	
Complementar	PR8	Total de reclamações registadas relativas a violação de privacidade de clientes
Aspecto	Conformidade	
Essencial	PR9	Montante Coimas por incumprimento

Fonte: Adaptado do GRI (2006)

No desenvolvimento do estudo será introduzido o sector de actividade, enquanto factor que poderá potencialmente influenciar a análise a efectuar às variáveis em estudo.

Para o agrupamento das empresas por sectores de actividade foi utilizada a classificação *Industry Classification Benchmark (ICB)*, que agrupa as empresas em materiais básicos, bens de consumo, industria, serviços, utilitários, gás e petróleo, tecnologia e cuidados de saúde.

Após serem agrupadas de acordo com a classificação acima referida, a distribuição das empresas que compõem a amostra por cada sector é a que seguidamente se apresenta:

Quadro 4.5. Empresas agrupadas de acordo com a classificação ICB

Sector	NºEmpresas	%
Materiais Básicos	5	9,8
Bens de Consumo	12	23,5
Industria	20	39,2
Serviços ao Consumidor	5	9,8
Utilitários	3	5,9
Gás e Petróleo	4	7,8
Tecnologia	1	2,0
Cuidados de saúde	1	2,0
Total	51	100,0

Fonte: Elaboração Própria

O sector industrial é o sector com maior peso, no que refere ao número de empresas que integram a amostra – 20 empresas num total de 51, que representam 39,2% da amostra. O sector dos bens de consumo também tem um peso substancial, com um total de 12

empresas. Já as áreas de tecnologia e cuidados de saúde são representadas apenas por 1 empresa cada.

Após a primeira classificação acima referido, os sectores de acordo com o ICB serão alvo de uma reclassificação em, sector primário, secundário e terciário.

4.4. Técnicas utilizadas no método de pesquisa

Em termos metodológicos, e conforme referido anteriormente, pretende-se aferir o nível de divulgação de informação de índole social efectuada pelas empresas que integram a amostra do presente estudo.

Para tal, relativamente à bibliografia, foram consultadas obras editadas, artigos publicados em revistas da especialidade e *websites*. Ao nível da evidência empírica, foi efectuada uma análise de conteúdo aos relatórios de sustentabilidade das empresas em estudo, relativos ao ano de 2010.

Neste estudo a pesquisa foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, tendo sido atribuída a notação “0” quando a empresa não divulga informação e “1” quando a empresa divulga informação relativamente a cada uma das variáveis. Com a análise de conteúdo foram construídos os quadros de recolha que se encontram em anexo (Anexo 2).

4.5. Técnicas estatísticas

No desenvolvimento do trabalho serão utilizadas técnicas de estatística descritiva e de análise exploratória dos dados recolhidos nos relatórios das empresas. Com a análise exploratória de dados deseja-se alcançar, segundo Murteira (1993), a exploração dos dados para descobrir ou identificar os aspectos ou padrões de maior interesse e a representação dos dados de maneira a destacar ou chamar a atenção para esses aspectos ou padrões.

Este método compreende seis etapas distintas, a definição do problema, ou seja a explicação de qual o proposto do estudo; a revisão da literatura, com a recolha de histórias e conceitos essenciais à compreensão do tema; a formulação das hipóteses ou das questões propostas na investigação; a definição da população alvo, no caso em questão, empresas portuguesas; a determinação da amostra, ou seja, empresas portuguesas que publicam relatórios de sustentabilidade; a selecção da técnica de amostragem adequada; a selecção ou desenvolvimento de um instrumento de recolha.

Para o tratamento estatístico de dados recolhidos irá ser utilizado o *software Microsoft Excel* e o *software SPSS* (versão 18.0).

5. Estudo Empírico

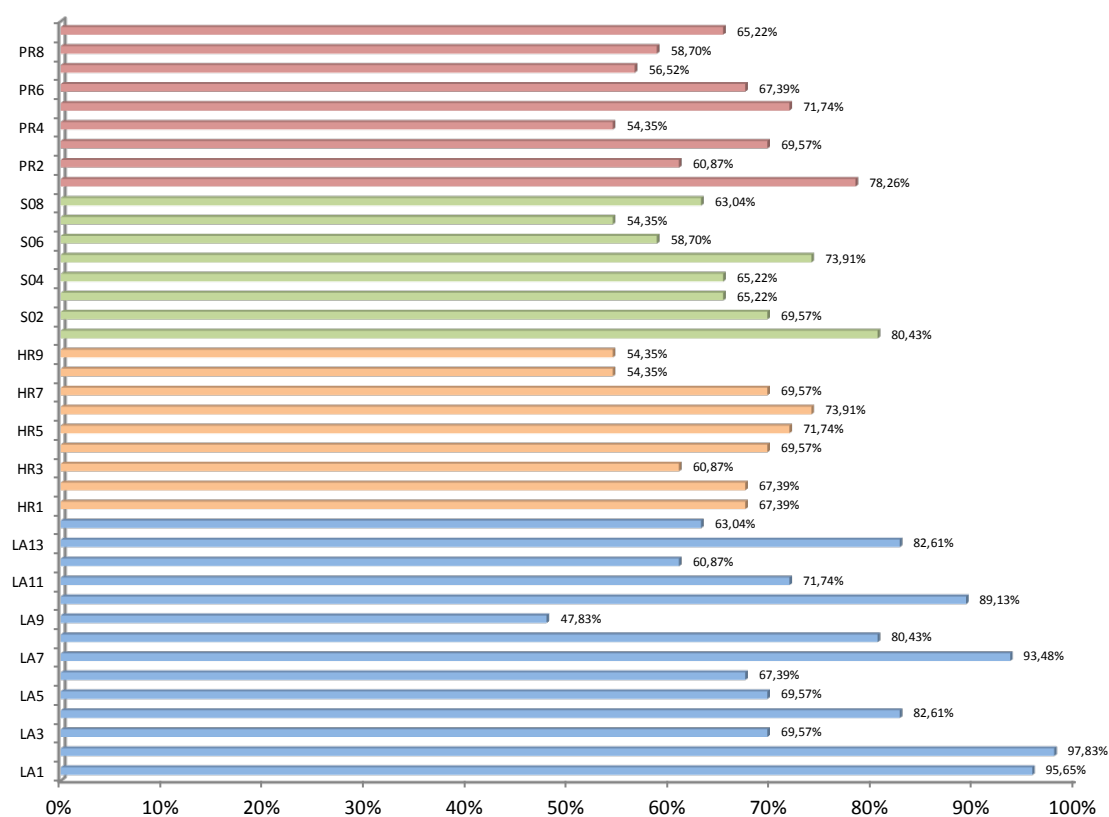
No desenvolvimento do estudo empírico foi em primeiro lugar efectuada a análise do nível de divulgação de cada empresa relativamente às quatro categorias em estudo: práticas laborais e trabalho decente, direitos humanos, responsabilidade pelo produto e sociedade.

Após esta fase foram efectuadas análises ao nível de divulgação por indicador e por aspecto, sendo posteriormente introduzido o factor sector como elemento passível de influenciar o nível de divulgação efectuada pelas empresas em estudo.

5.1. Nível de divulgação global

O gráfico seguinte apresenta o nível de divulgação de todos os indicadores em análise no presente estudo. Estes mesmos indicadores serão posteriormente alvo de uma análise mais detalhada.

Gráfico 5.1. Nível de divulgação por indicador



Fonte: Elaboração Própria

O nível de divulgação efectuada pelas empresas que compõem a amostra ultrapassa os 95% relativamente à categoria de Práticas Laborais e Trabalho Decente (apresentados a azul no gráfico), para os quais o indicador L1- que discrimina a mão-de-obra total por tipo de emprego/contrato de trabalho/região - e o L2 - número de trabalhadores/taxa de rotatividade/faixa etária/género e região - atingem 95,65 % e 97,83 %, respectivamente. Também os indicadores relativos à Responsabilidade do Produto (apresentados a vermelho) atingem níveis de divulgação elevados, como é o caso do PR1 - ciclo de vida dos produtos e serviços/impactos na saúde e segurança - com uma taxa de 78,26 %.

Em relação aos indicadores relacionados com a Sociedade (apresentados a verde no gráfico) destacam-se os 73,91% atingidos relativamente ao indicador S5 - posição e participação na elaboração de políticas públicas e grupos de pressão. Na generalidade nenhum indicador apresenta valores abaixo dos 50%, o que significa que pelo menos metade das empresas relata os indicadores aqui retratados. No que respeita aos indicadores relacionados com os Direitos Humanos (apresentados a laranja no gráfico) o nível de divulgação encontra-se em linha com as restantes categorias.

O quadro seguinte apresenta sumariamente o nível médio de divulgação para cada uma das componentes acima mencionadas.

Quadro 5.1. – Nível médio de divulgação por categoria

Práticas Laborais e Trabalho Decente	Responsabilidade do Produto	Sociedade	Direitos Humanos
76,5%	64,7%	66,3%	65,9%

Fonte: Elaboração Própria

Conforme se pode verificar, os níveis de divulgação por categoria apresentam resultados muito similares com excepção da categoria “Práticas Laborais e Trabalho Decente” que apresenta o nível de divulgação mais elevado. Três em cada quatro empresas divulgam informação acerca desta categoria, todavia o nível de divulgação é bastante elevado em todas as categorias.

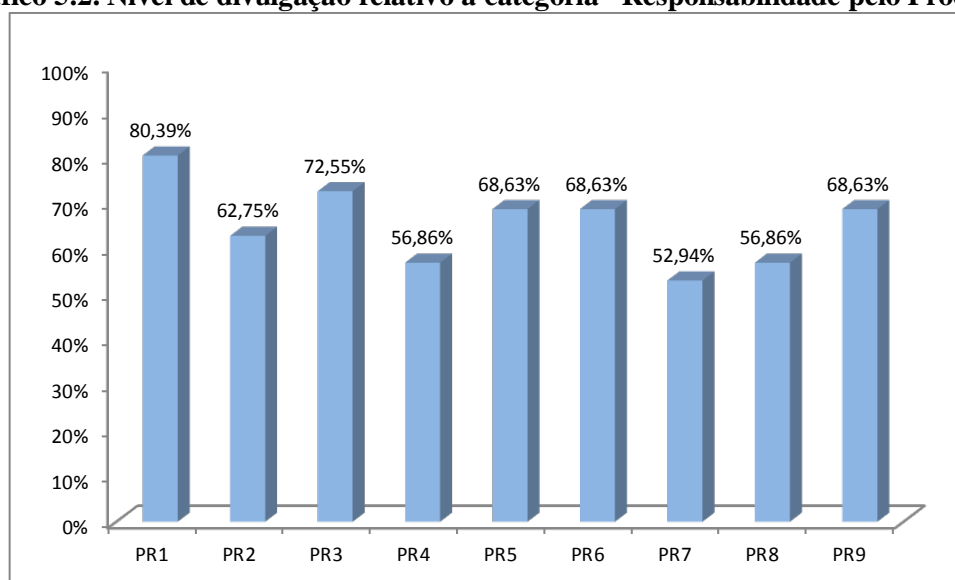
5.2. Nível de divulgação por aspecto

Seguidamente apresenta-se a análise de cada uma dos aspectos que integram as categorias de natureza social abordadas no presente estudo: Responsabilidade pelo produto; Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente; Direitos Humanos; Sociedade.

5.2.1. Responsabilidade pelo Produto

O gráfico seguinte apresenta o nível de divulgação por cada um dos aspectos constantes da categoria acima mencionada.

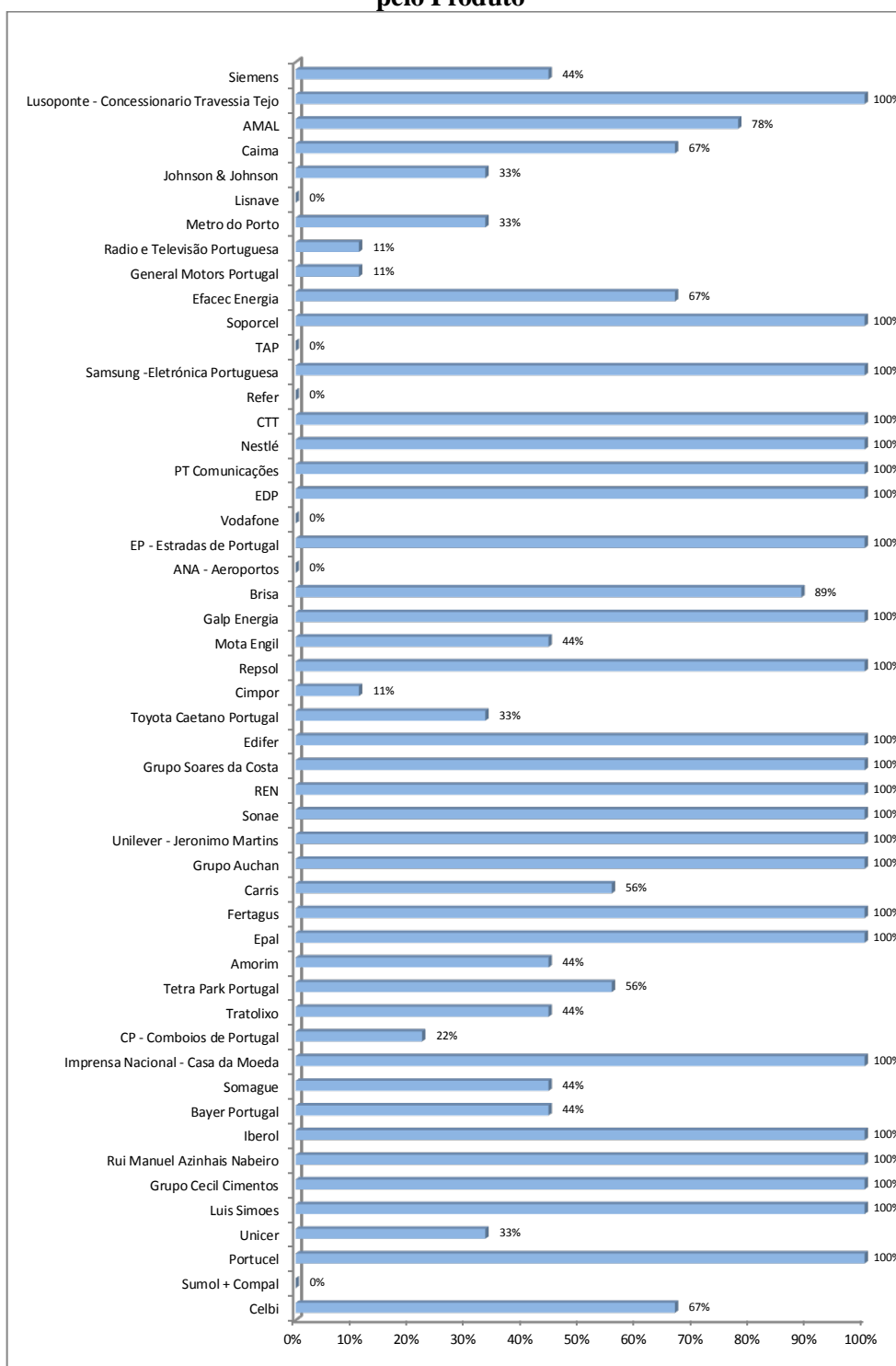
Gráfico 5.2. Nível de divulgação relativo à categoria “Responsabilidade pelo Produto”



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à categoria “Responsabilidade do Produto” destaca-se o indicador PR1 - ciclo de vida dos produtos e serviços/impactos saúde e segurança - com um nível de divulgação de 80,39%. Já o PR7- número total de incidentes resultantes de não conformidades com regulamentos - é o indicador com menor percentagem de divulgação, com 52,94%. De um modo geral todos os indicadores apresentam uma percentagem elevada de divulgação. O indicador com percentagem mais baixa, ainda assim ultrapassa os 50 %, o que demonstra a preocupação das empresas em divulgar informação acerca deste tipo de matérias.

Gráfico 5.3. – Nível de divulgação por empresa, relativamente à categoria “Responsabilidade pelo Produto”



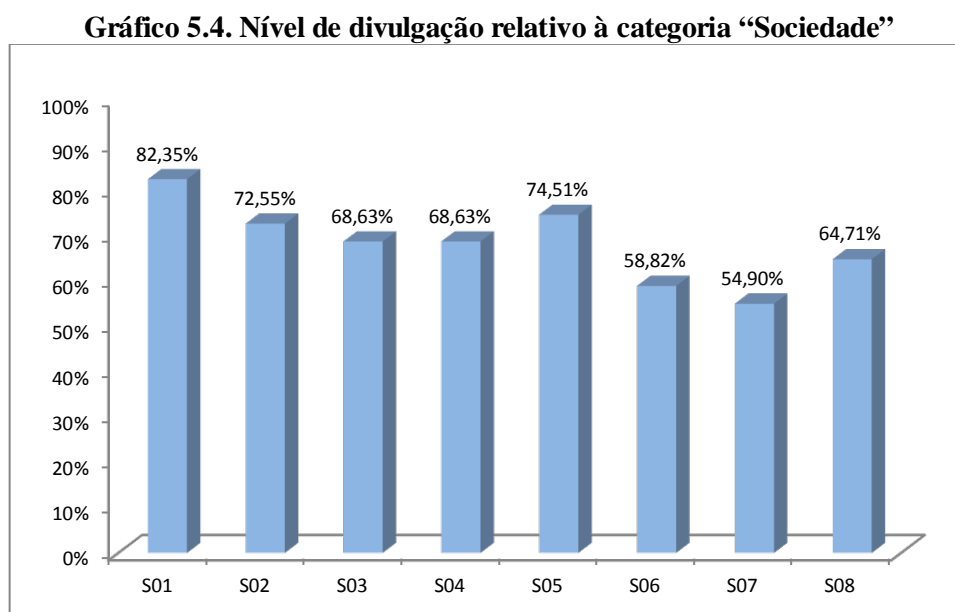
Fonte: Elaboração Própria

Quanto ao número de empresas que divulgam os indicadores relativos à Responsabilidade pelo Produto, existem 24 num total de 51 que divulgam a totalidade dos 9 indicadores que

compõem esta categoria. No extremo oposto existem seis empresas que não divulgam qualquer indicador relativamente a esta categoria.

5.2.2. Sociedade

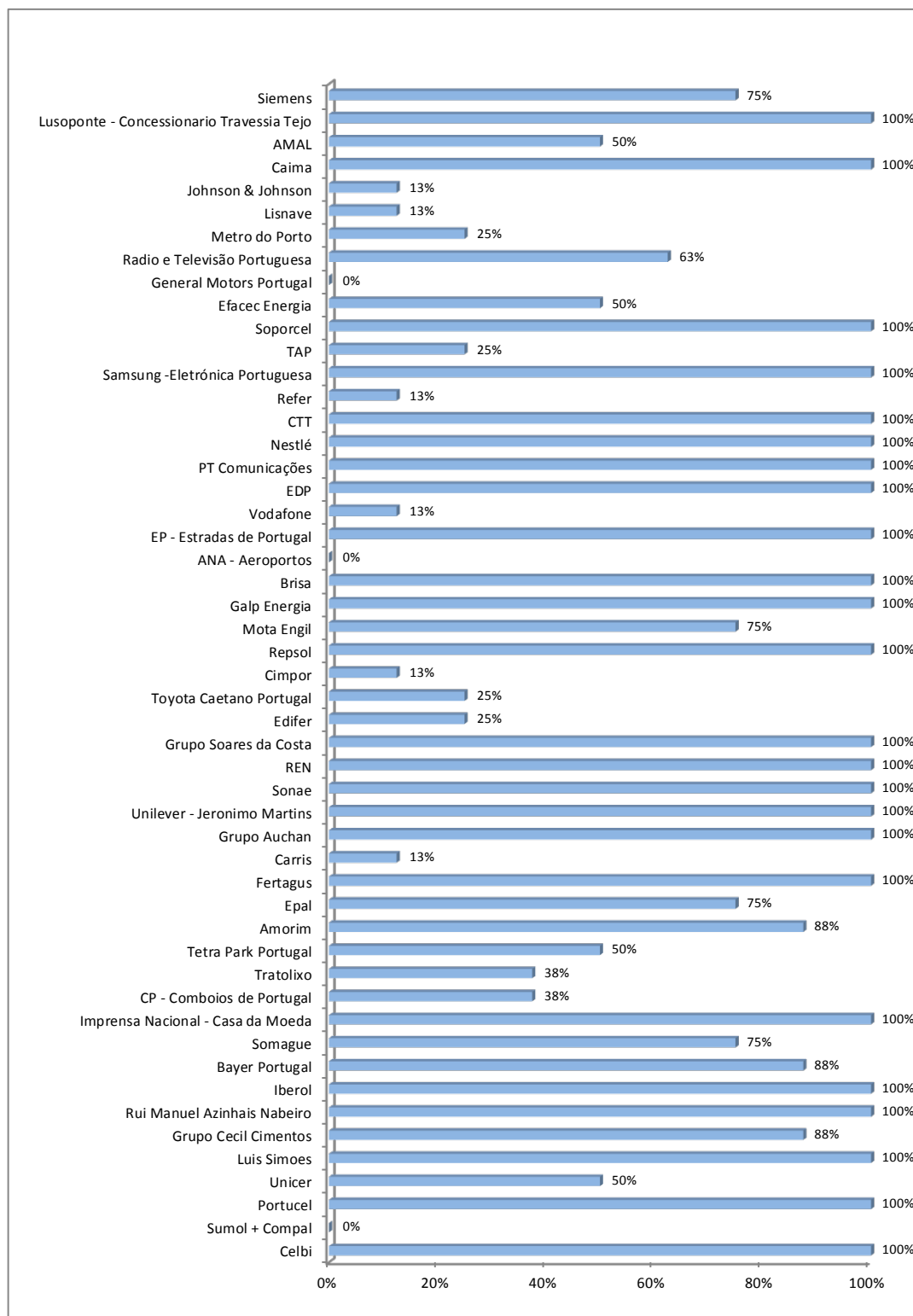
O gráfico abaixo apresentado refere-se ao nível de divulgação dos aspectos que integram a categoria “Sociedade”.



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente aos indicadores que integram a categoria “Sociedade”, globalmente o nível de divulgação apresenta níveis de divulgação acima dos 50% relativamente a todos os indicadores que compõem esta categoria. O valor mais baixo respeita ao indicador S07 - total acções judiciais por concorrência desleal e práticas de monopólio e resultados - com o valor de 54,90%. Já o nível de divulgação mais elevado corresponde ao indicador S01 - natureza, âmbito e eficácia dos programas para medir os impactes das operações - com 82,35% de nível de divulgação.

Gráfico 5.5. Nível de divulgação por empresa, relativamente à categoria “Sociedade”



Fonte: Elaboração Própria

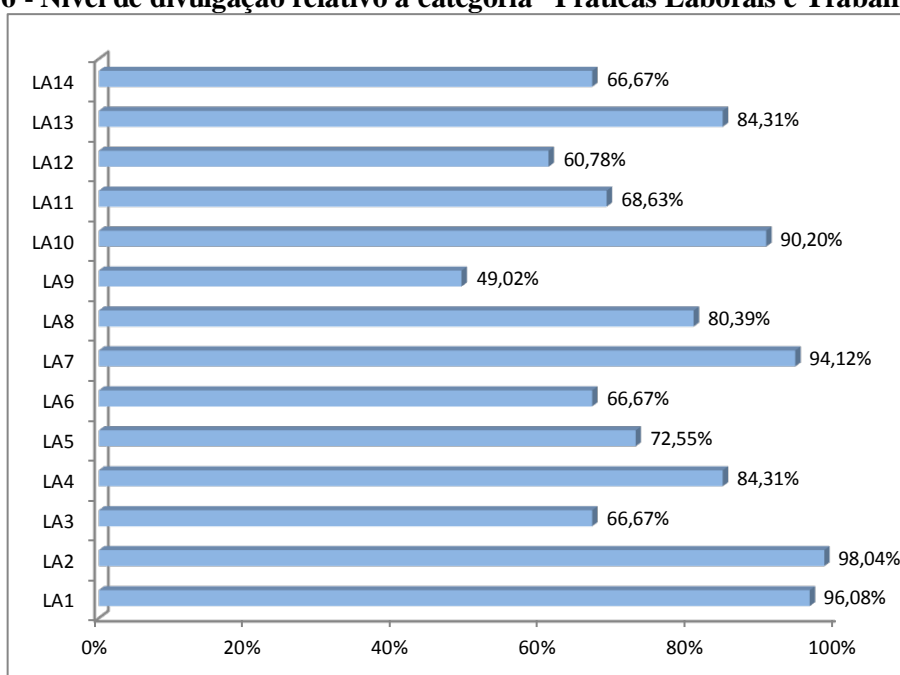
Ainda na categoria “Sociedade”, 24 empresas divulgam todos os 8 indicadores que a compõem, de entre estas temos os casos da Repsol, da Samsung, do Grupo Soares da Costa, entre outras. Apenas 3 empresas não relatam qualquer indicador relacionado com a

mesma, como é o caso da ANA – Aeroportos, da General Motors Portugal, da Sumol Compal. Cerca de 10% das empresas divulgam menos de metade dos indicadores propostos por esta categoria.

5.2.3. Práticas Laborais e Trabalho Decente

O gráfico seguinte refere-se ao nível de divulgação dos aspectos que integram a categoria Práticas Laborais e Trabalho Decente.

Gráfico 5.6 - Nível de divulgação relativo à categoria “Práticas Laborais e Trabalho Decente”

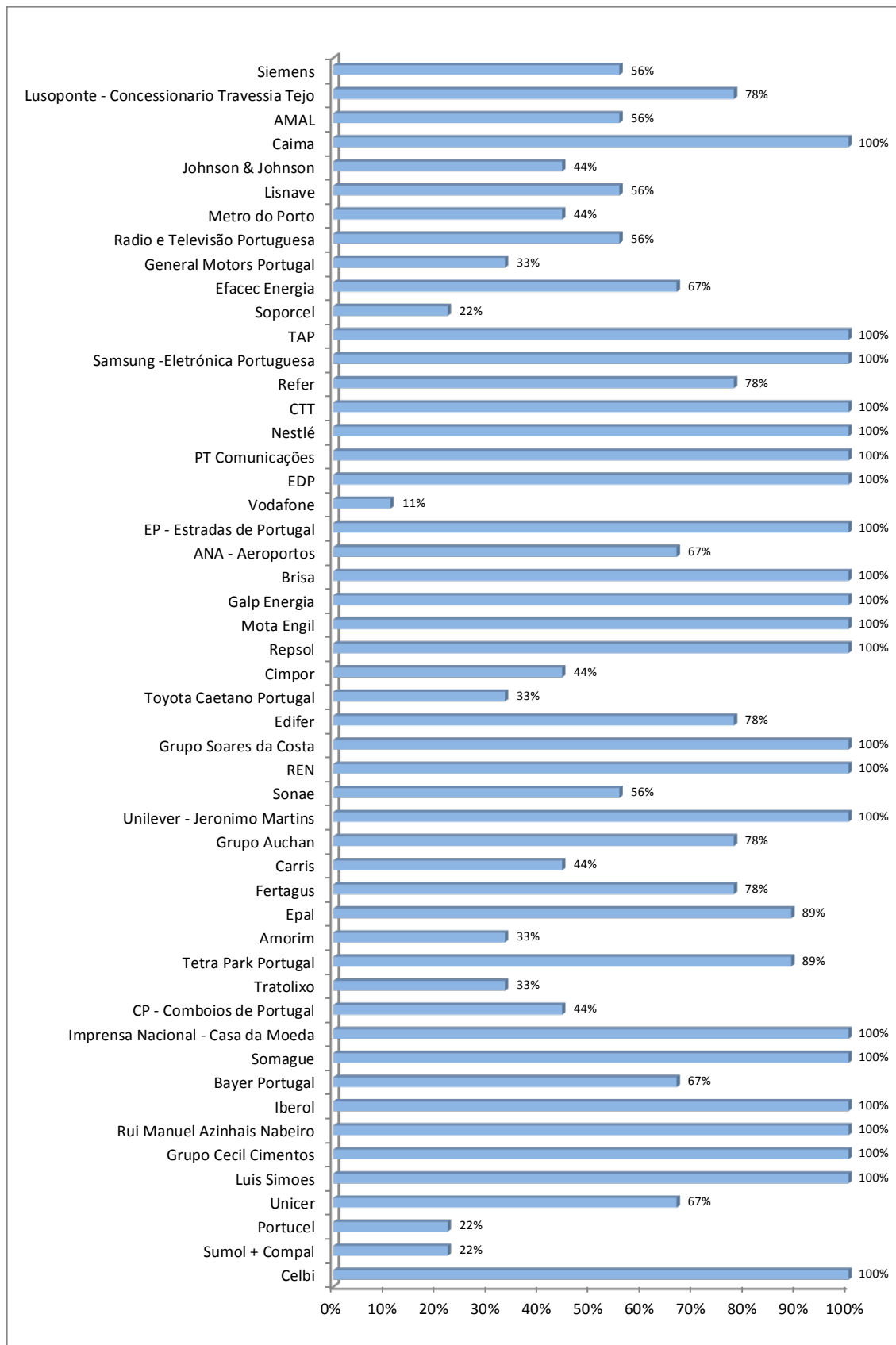


Fonte: Elaboração Própria

No que se refere aos indicadores relacionados com a categoria “Práticas laborais e trabalho decente”, temos alguns casos com níveis de divulgação próximos dos 100%. Os casos referidos são referentes ao aspecto “emprego”, no qual o LA1 - Discrimina a mão-de-obra total, por tipo de emprego/contrato de trabalho/região – atinge níveis de divulgação de 96,08%, enquanto o indicador LA2 - Numero de trabalhadores/taxa de rotatividade/faixa etária/género e região - apresenta um nível de divulgação ainda mais elevado ascendendo a 98,04%. O valor mais baixo para este indicador cabe ao LA9 com apenas 49,02%, ou seja este é divulgado por menos de metade das empresas. Este indicador representa a divulgação de informação sobre saúde e segurança abrangidos por acordos formais de

sindicatos. De forma geral todos os outros indicadores apresentam valores considerados relevantes, pois encontram-se acima dos 60%.

Gráfico 5.7. Nível de divulgação por empresa, relativamente à categoria “Práticas Laborais e Trabalho Decente”

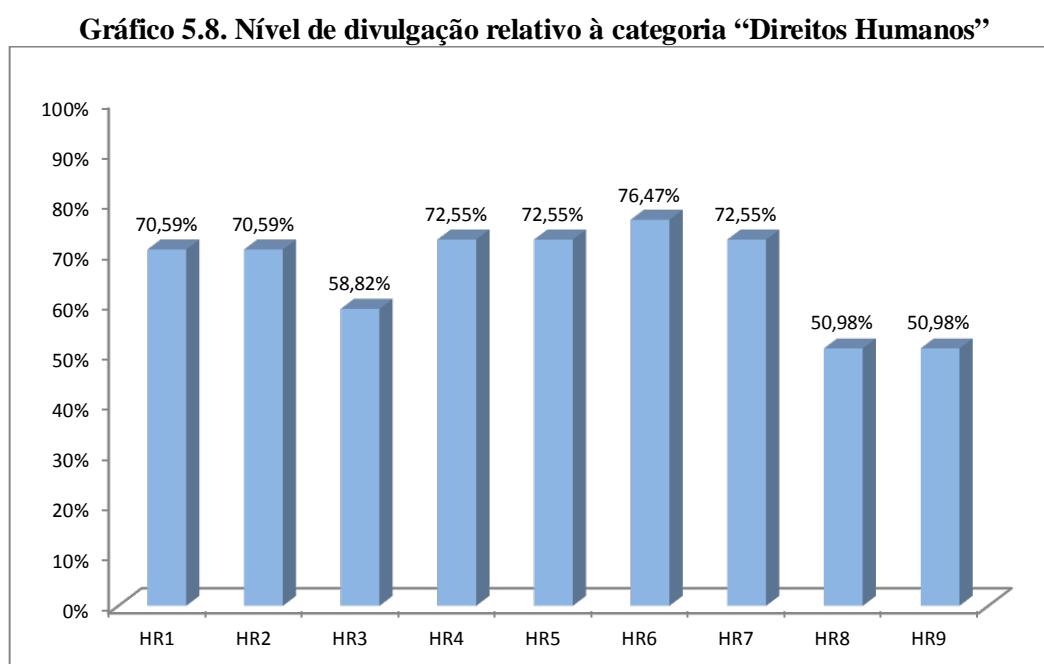


Fonte: Elaboração Própria

Cerca de 22 empresas divulgam informação sobre o indicador de práticas laborais e trabalho decente, ou seja quase metade das que compõem este estudo. Um aspecto importante a salientar é que não existe nenhuma empresa que não relate qualquer indicador referente a esta categoria. A percentagem de divulgação mais baixa de 11% pertence à empresa Vodafone, seguindo-se a Soporcel, Portucel e a Sumol Compal com 22%.

5.2.4. Direitos Humanos

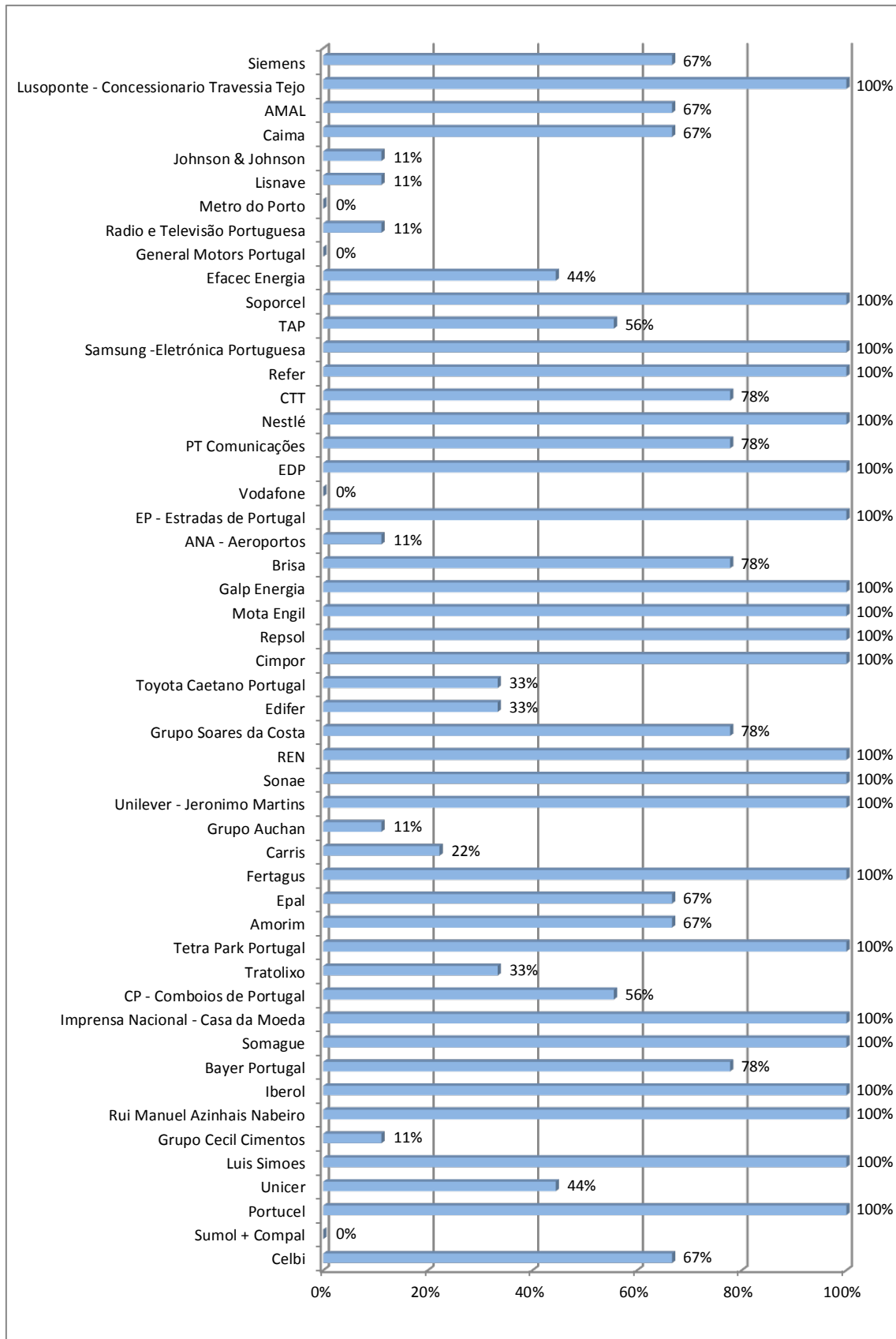
O gráfico seguinte refere-se ao nível de divulgação dos aspectos que integram a categoria “Direitos Humanos”.



Fonte: Elaboração Própria

Na categoria Direitos Humanos temos 6 indicadores a registarem valores que podem ser considerados como relevantes - acima dos 70%. O indicador com percentagem mais elevada respeita ao HR6 - casos risco significativo de trabalho infantil e medidas de eliminação - com 76,47%. Os valores mais baixos correspondem a 50,98% para os indicadores HR8 - pessoal de segurança submetido a formação de direitos humanos e HR9 - incidentes que envolvam violação dos direitos dos povos indígenas e acções tomadas. A divulgação de informação sobre os Direitos Humanos é globalmente bastante elevada.

Gráfico 5.9. Nível de divulgação por empresa, relativamente à categoria “Direitos Humanos”



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à categoria “Direitos Humanos” existe divulgação de informação em cerca de metade das empresas em análise. As empresas incluem nos seus relatórios dados relativos a formação dos funcionários e do pessoal, segurança em matéria de direitos humanos, não discriminação, liberdade de associação, trabalho infantil, trabalho forçado e escravo e direitos indígenas. No entanto ainda existem empresas, num total de 4 que não divulga qualquer indicador referente a esta categoria.

5.3. Análise do nível de divulgação por Aspecto

Seguidamente irá ser efectuada uma análise de maior pormenor relativamente a cada uma das categorias, sendo que esta passará pela análise dos agrupamentos de aspectos que as integram.

5.3.1. Responsabilidade Pelo Produto

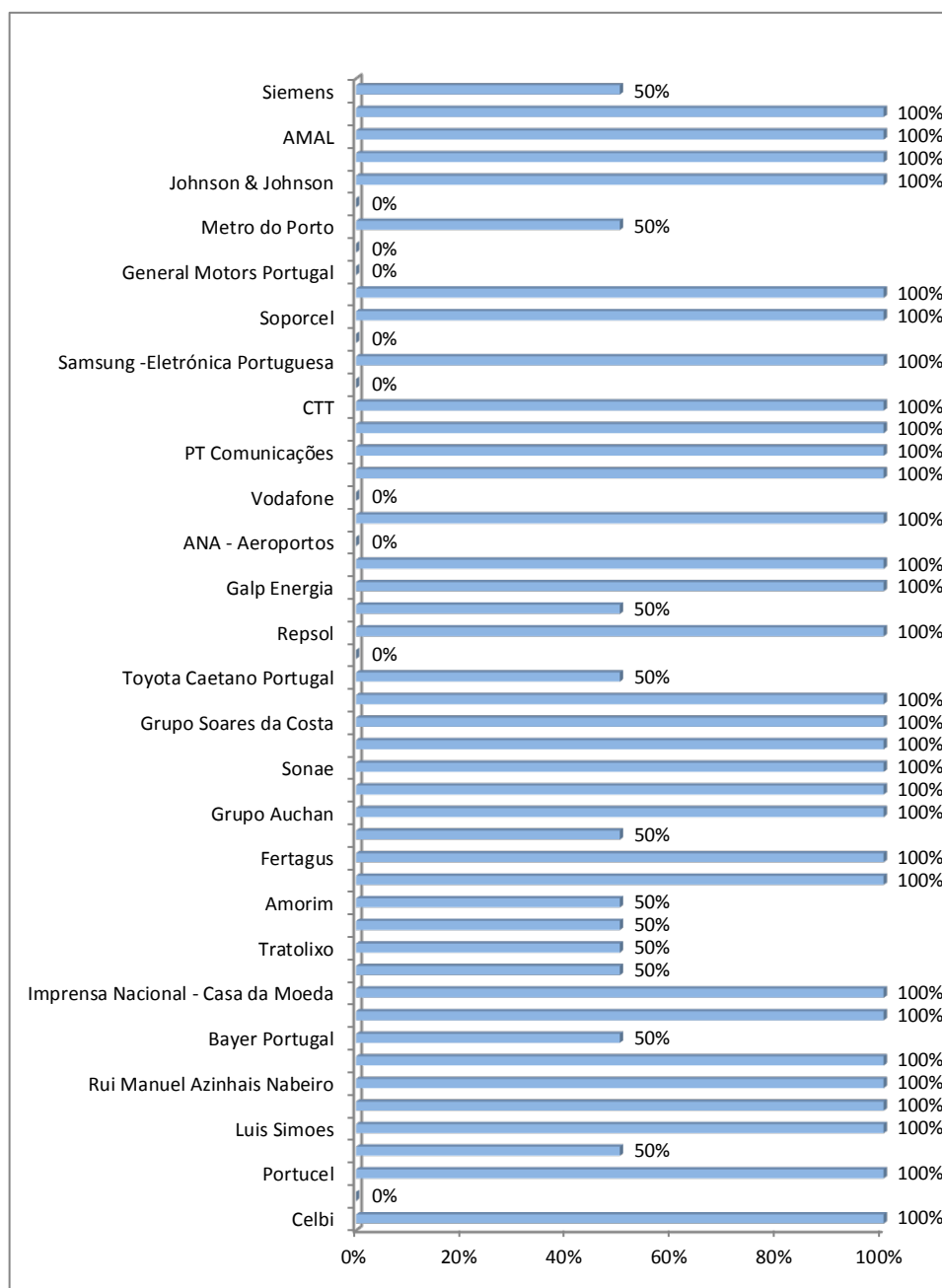
Relativamente aos aspectos que integram a categoria acima referida, o desenvolvimento que seguidamente se apresenta permitirá conhecer com maior detalhe o nível de divulgação relacionado com esta categoria.

A categoria mencionada encontra-se dividida nos seguintes aspectos: Saúde e Segurança do Cliente, Rotulagem de Produtos e Serviços, Comunicação e Marketing, Privacidade do Consumidor, Conformidade.

5.3.1.1. Saúde e Segurança do Cliente

Este aspecto agrupa os indicadores “Ciclo de vida dos produtos e serviços/impactos saúde e segurança” e “Numero incidentes resultantes de não conformidades dos produtos”.

Gráfico 5.10. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Saúde e Segurança do Cliente”



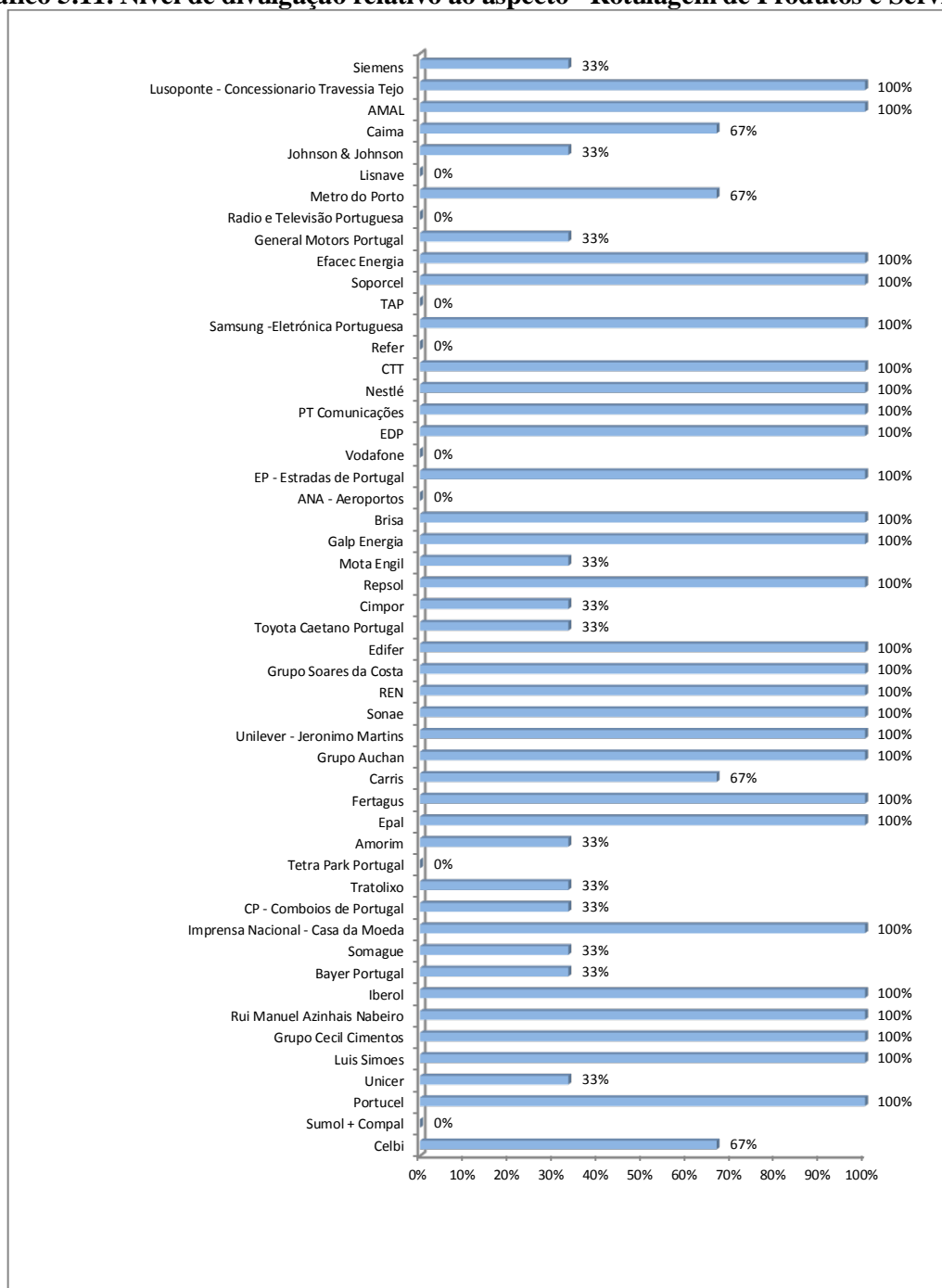
Fonte: Elaboração Própria

Relativamente ao aspecto “Saúde e Segurança do Cliente”, que integra a categoria “Responsabilidade pelo Produto”, a maioria das empresas dá elevada importância à divulgação deste aspecto como comprova o gráfico anterior. Como se pode verificar, mais de metade das empresas divulga todos os aspectos relacionados com “Saúde e Segurança do Cliente”, sendo que apenas nove empresas não divulgam qualquer informação.

5.3.1.2. Rotulagem de Produtos e Serviços

O aspecto mencionado agrupa os seguintes indicadores: “Informação produtos e serviços exigidos por regulamentos”, “Número incidentes resultantes de não conformidades dos regulamentos e códigos” e “Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente”.

Gráfico 5.11. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Rotulagem de Produtos e Serviços”



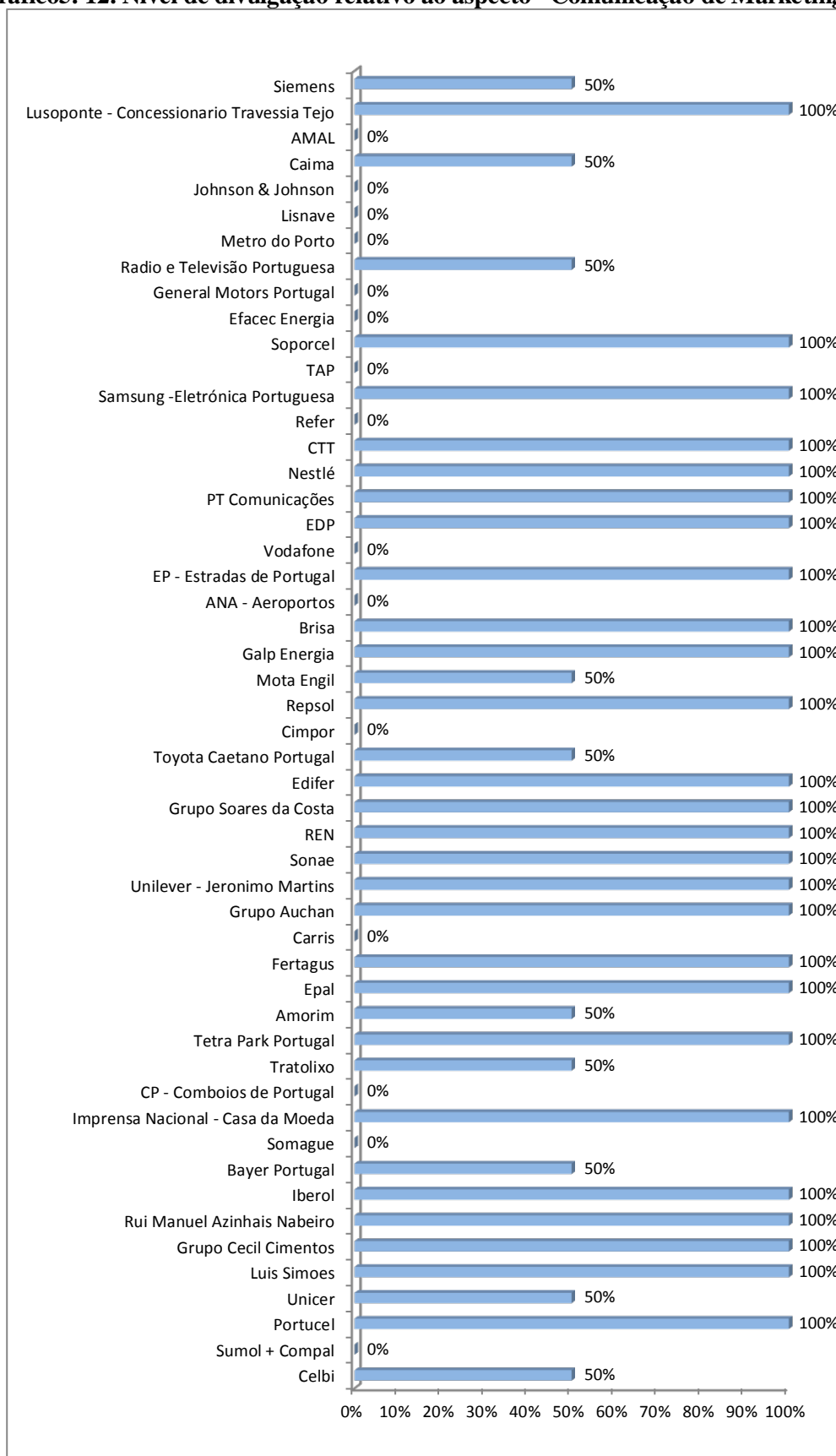
Fonte: Elaboração Própria

A “Rotulagem de Produtos e Serviços” é um dos aspectos integrante da categoria “Responsabilidade pelo Produto”. Das empresas em estudo, 27 relatam todos os indicadores referentes a este aspecto, ou seja, todas cumprem os requisitos no que respeita à informação de produtos e serviços exigida pelos regulamentos; ao número de incidentes resultantes de não conformidades dos regulamentos e códigos; e aos procedimentos relacionados com a satisfação dos clientes, aspectos importantes e de interesse para o público em geral.

5.3.1.3. Comunicação de Marketing

O aspecto mencionado agrupa os seguintes indicadores: “Programas de observância das leis, normas e códigos relacionados com marketing” e “Número total de incidentes resultantes de não conformidades com regulamentos”.

Gráfico5. 12. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Comunicação de Marketing”



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente aos programas de observância das leis, normas e código relacionados com marketing, bem como à divulgação do número total de incidentes resultantes de não conformidades com regulamentos, existem 15 empresas que não divulgam quaisquer destes indicadores. Em contrapartida, 26 empresas divulgam ambos os indicadores que compõem este aspecto.

5.3.1.4. Privacidade do Cliente

Este aspecto contempla somente o indicador PR8 - total de reclamações registadas relativas a violação de privacidade de clientes – apresenta um nível de divulgação superior a 50%, sendo divulgado por 29 empresas.

5.3.1.5. Conformidade

O aspecto conformidade compreende somente o indicador PR9 - Montante Coimas por incumprimento, sendo que este é divulgado por mais de 60% das empresas analisadas, mais concretamente por 35 das 51 empresas analisadas.

5.3.2. Sociedade

A categoria referida acima encontra-se dividida nos seguintes aspectos: “Comunidade”, “Corrupção”, “Políticas Públicas”, “Concorrência Desleal” e “Conformidade”.

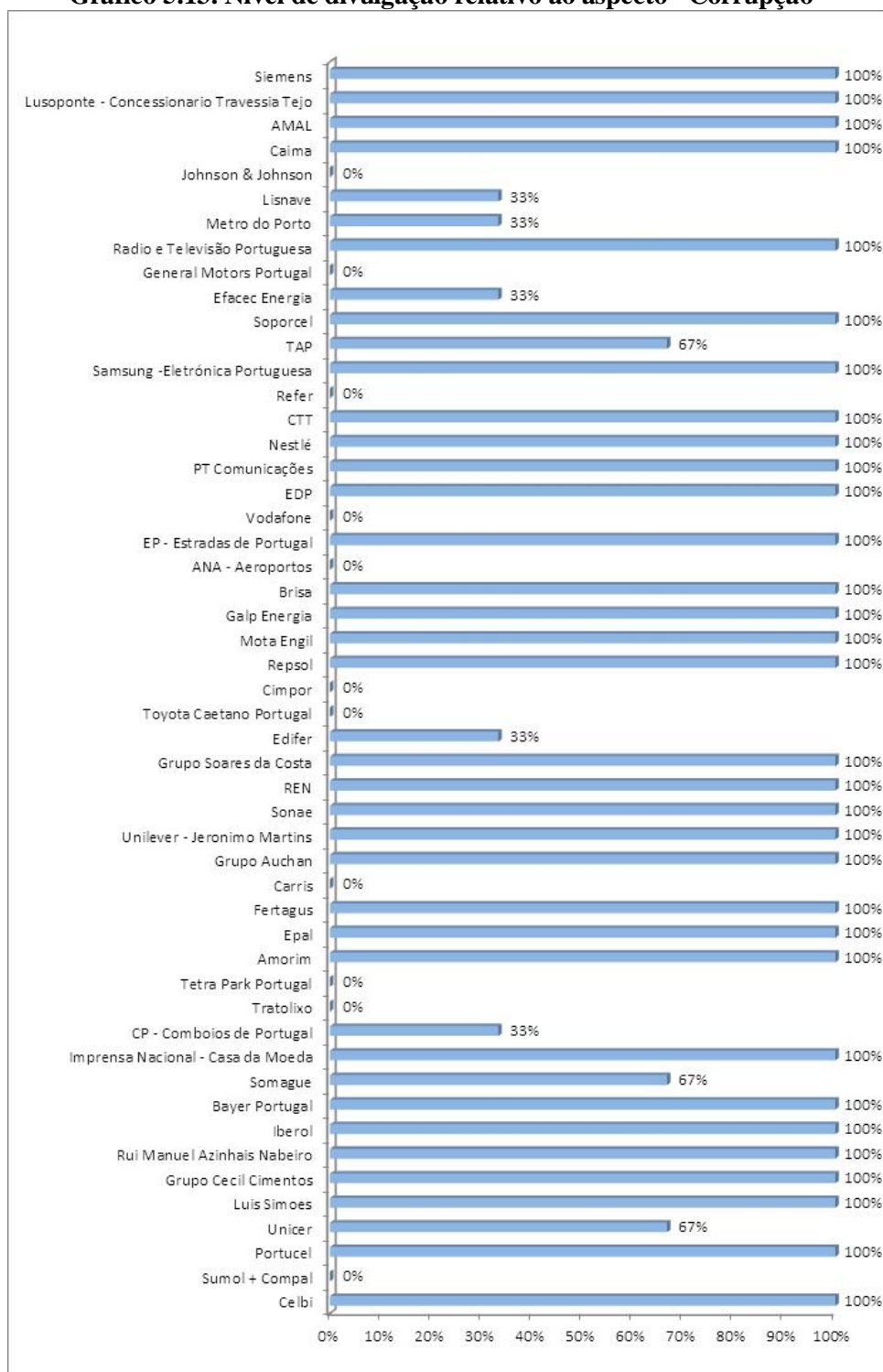
5.3.2.1. Comunidade

O indicador S01 – natureza, âmbito e eficácia dos programas para medir os impactos das operações – é componente único do aspecto “Comunidade” e é divulgado por 43 empresas entre as 51 que integram a amostra. Este indicador apresenta assim um elevado nível de divulgação.

5.3.2.2. Corrupção

O aspecto “Corrupção” é composto por três indicadores que são os seguintes: “% e número unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção”, “% trabalhadores com formação política e práticas de anti corrupção” e “Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção”

Gráfico 5.13. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Corrupção”



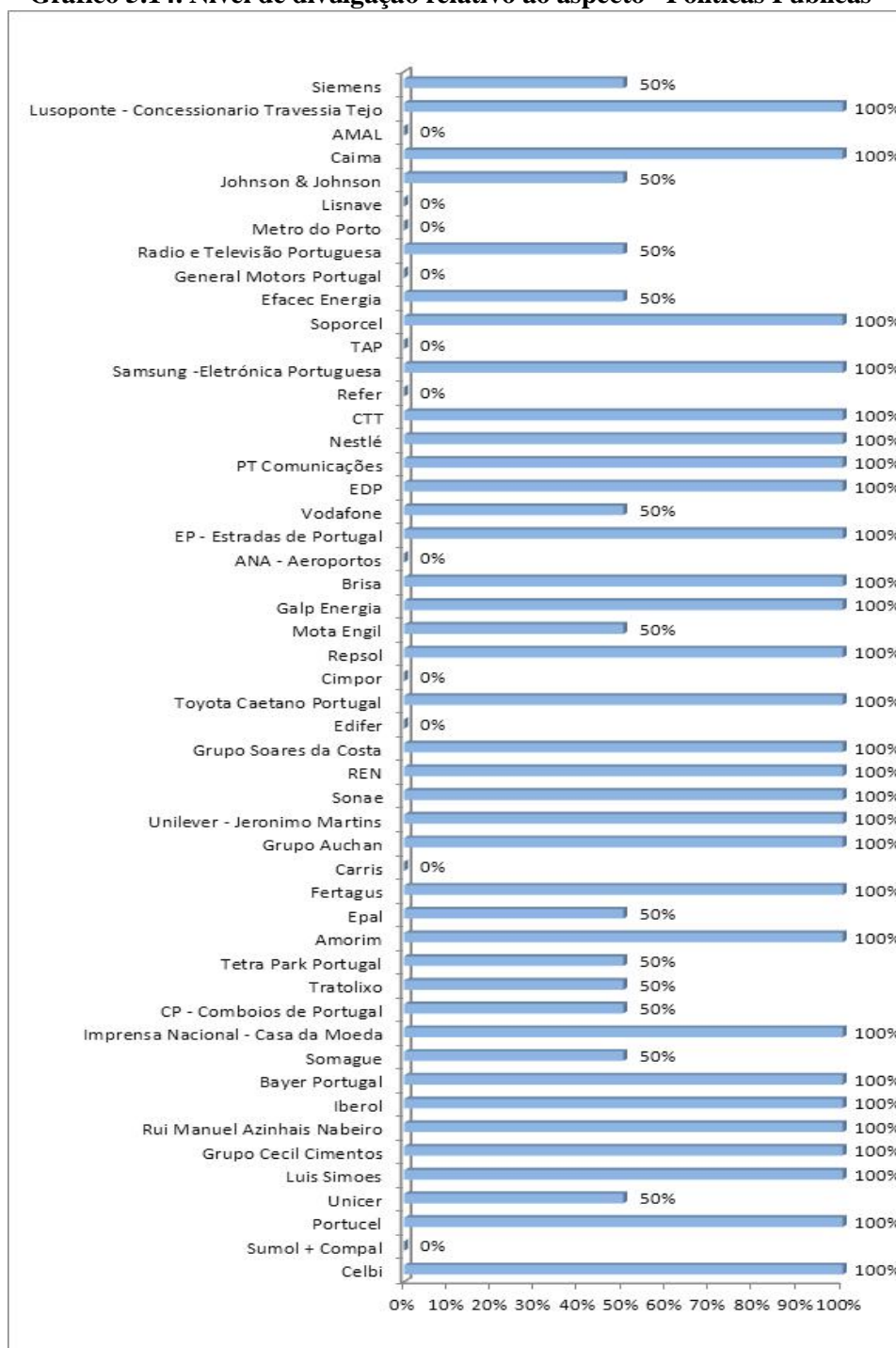
Fonte: Elaboração Própria

A análise do gráfico anterior permite verificar que 32 das empresas analisadas divulgam esta tipologia de informação na sua totalidade. Em situação oposta pode encontrar 11 empresas que não apresentam divulgam nenhuma informação.

5.3.2.3. Políticas Públicas

O aspecto “Políticas Públicas” é composto por dois indicadores: “Posição e participação na elaboração de políticas públicas e grupos de pressão das empresas” e “Valor das contribuições financeiras discriminadas por país”.

Gráfico 5.14. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Políticas Públicas”



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente ao conjunto, 28 das 51 empresas, ou seja, mais de metade da amostra, divulgam ambos os indicadores. Existem 12 empresas que relatam pelo menos um dos indicadores e somente uma pequena percentagem não relata nenhum deles.

5.3.2.4. Concorrência Desleal

O aspecto Concorrência Desleal é medido através do indicador S07 - total acções judiciais por concorrência desleal e práticas de monopólio e resultados. O referido indicador não é divulgado por 27 empresas, o que corresponde a mais de metade das empresas em estudo.

5.3.2.5. Conformidade

O aspecto Conformidade é composto somente pelo indicador S08 - montantes de coimas e números de sanções por incumprimento de leis ambientais. Este indicador é divulgado por 33 empresas, o que representa um nível de divulgação superior a 50%.

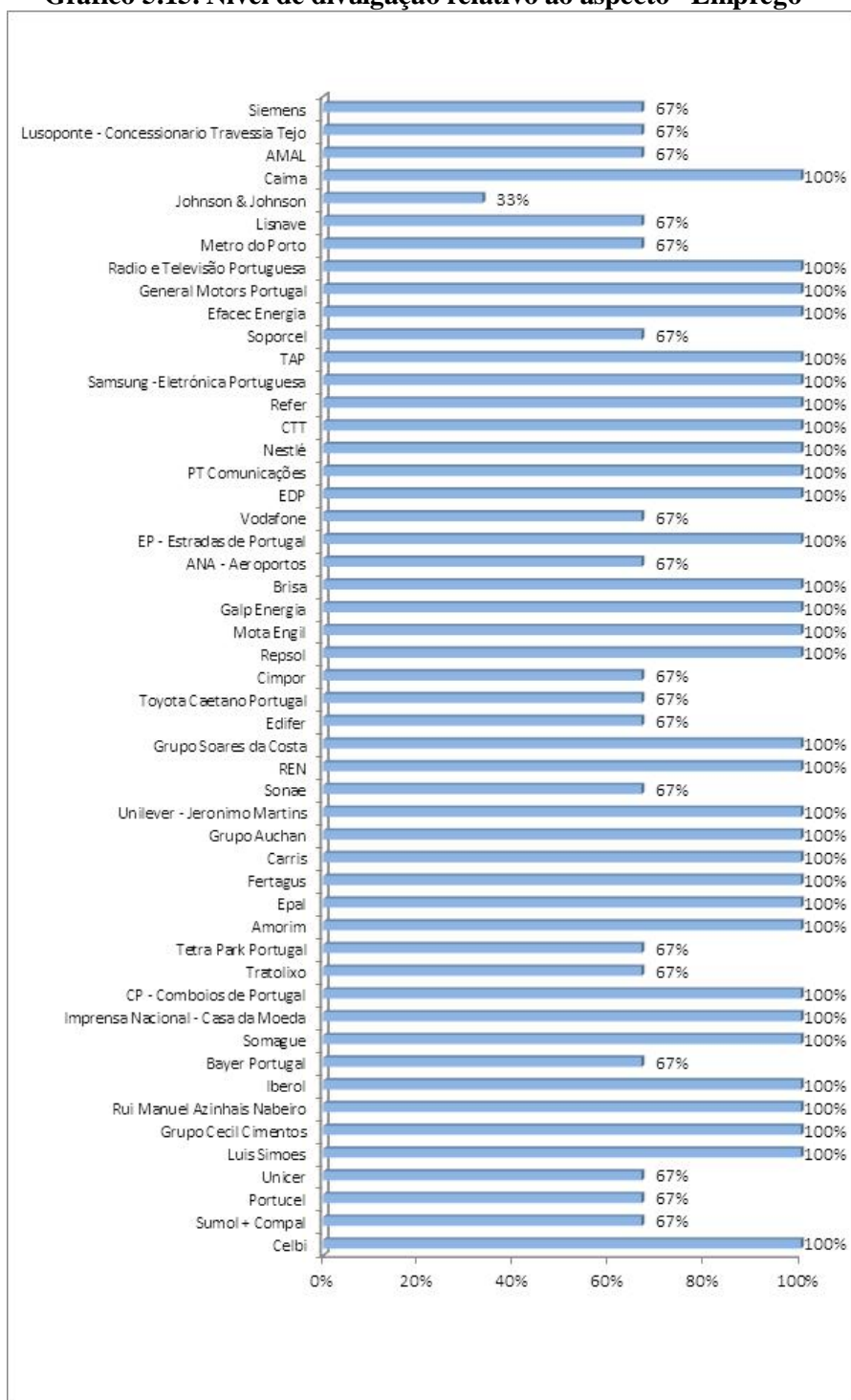
5.3.3. Práticas Laborais e Trabalho Decente

A categoria acima referida é composta por cinco aspectos: “Emprego”, “Relações Funcionários/Administração”, “Segurança e Saúde no Trabalho”, “Formação e Educação” e “Diversidade e Igualdade de Oportunidades”.

5.3.3.1. Emprego

O aspecto “Emprego” é composto por três indicadores, a saber, “Discrimina a mão-de-obra total, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região”, “Número de trabalhadores/taxa de rotatividade/faixa etária/género e região” e “Benefícios concedidos aos funcionários a tempo inteiro/tempo parcial respectivamente”.

Gráfico 5.15. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Emprego”



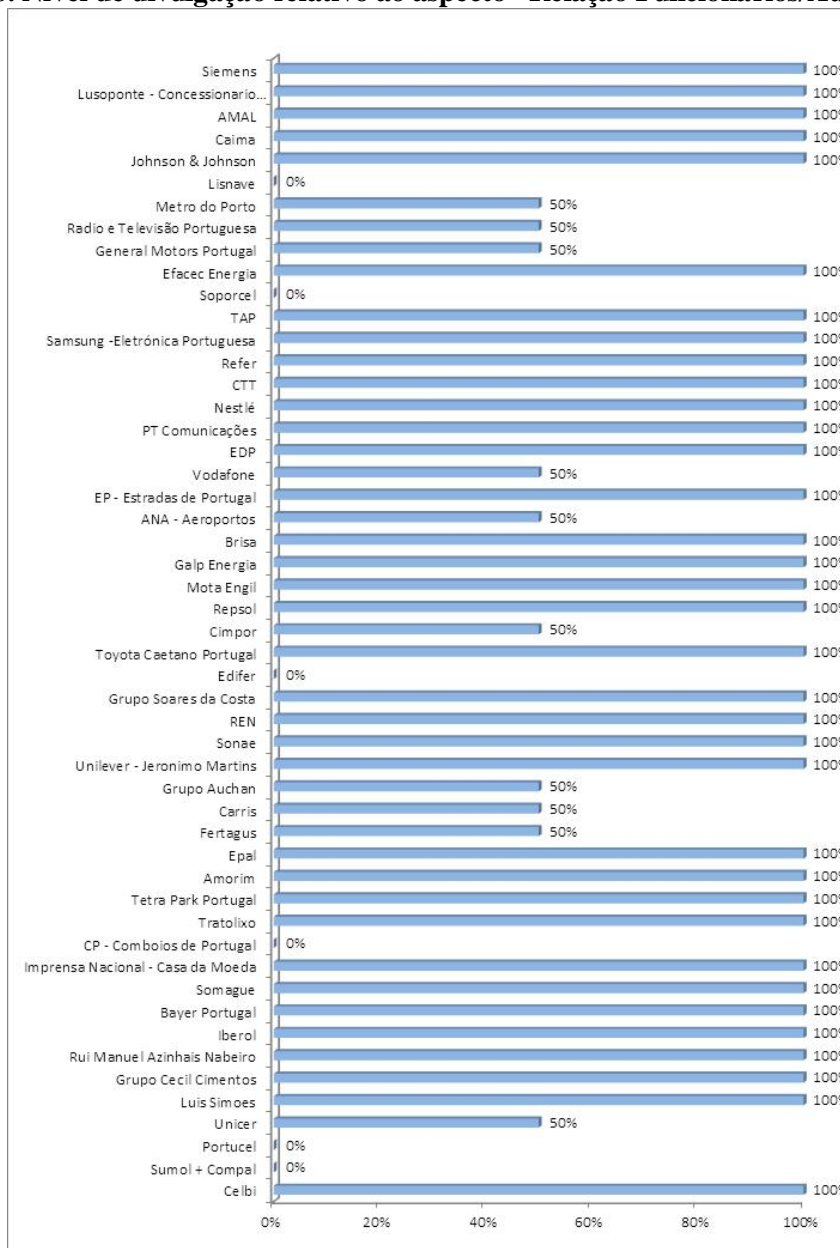
Fonte: Elaboração Própria

A análise do gráfico anterior permite verificar que não existe qualquer empresa que não divulgue pelo menos um destes indicadores, sendo que 18 das empresas que integram a amostra divulgam pelo menos dois indicadores deste conjunto de três mencionados anteriormente.

5.3.3.2. Relação Funcionários/Administração

O aspecto “Relação Funcionários/Administração” é composto pelos indicadores “% de trabalhadores abrangidos por contratação colectiva” e “Divulgação de prazos mínimos de notificação prévia para mudanças operacionais”.

Gráfico 5.16. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Relação Funcionários/Administração”



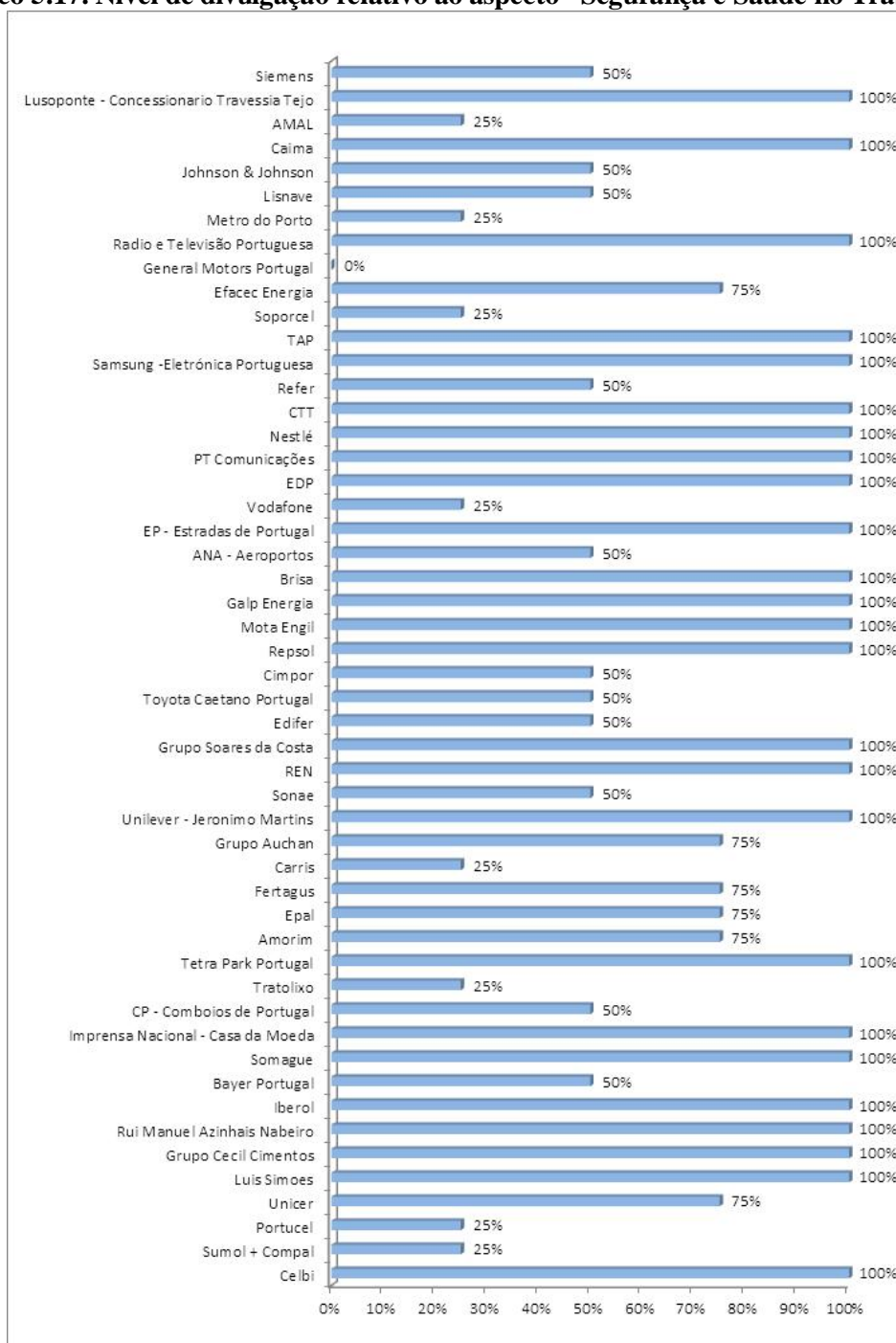
Fonte: Elaboração Própria

Conforme se pode verificar pelo gráfico, os indicadores que integram este aspecto não são divulgados por 6 das empresas que compõem a amostra em estudo, no entanto existem 35 empresas que divulgam ambos os indicadores. No geral, o nível de divulgação destes indicadores é elevado.

5.3.3.3. Segurança e Saúde no Trabalho

Este aspecto agrupa os seguintes quatro indicadores: “% totalidade mão-de-obra representada em comissões formais segurança e saúde”, “Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo, óbitos”, “Programas de formação /educação /aconselhamento” e “Saúde e segurança abrangidos acordos formais de sindicatos”.

Gráfico 5.17. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Segurança e Saúde no Trabalho”



Fonte: Elaboração Própria

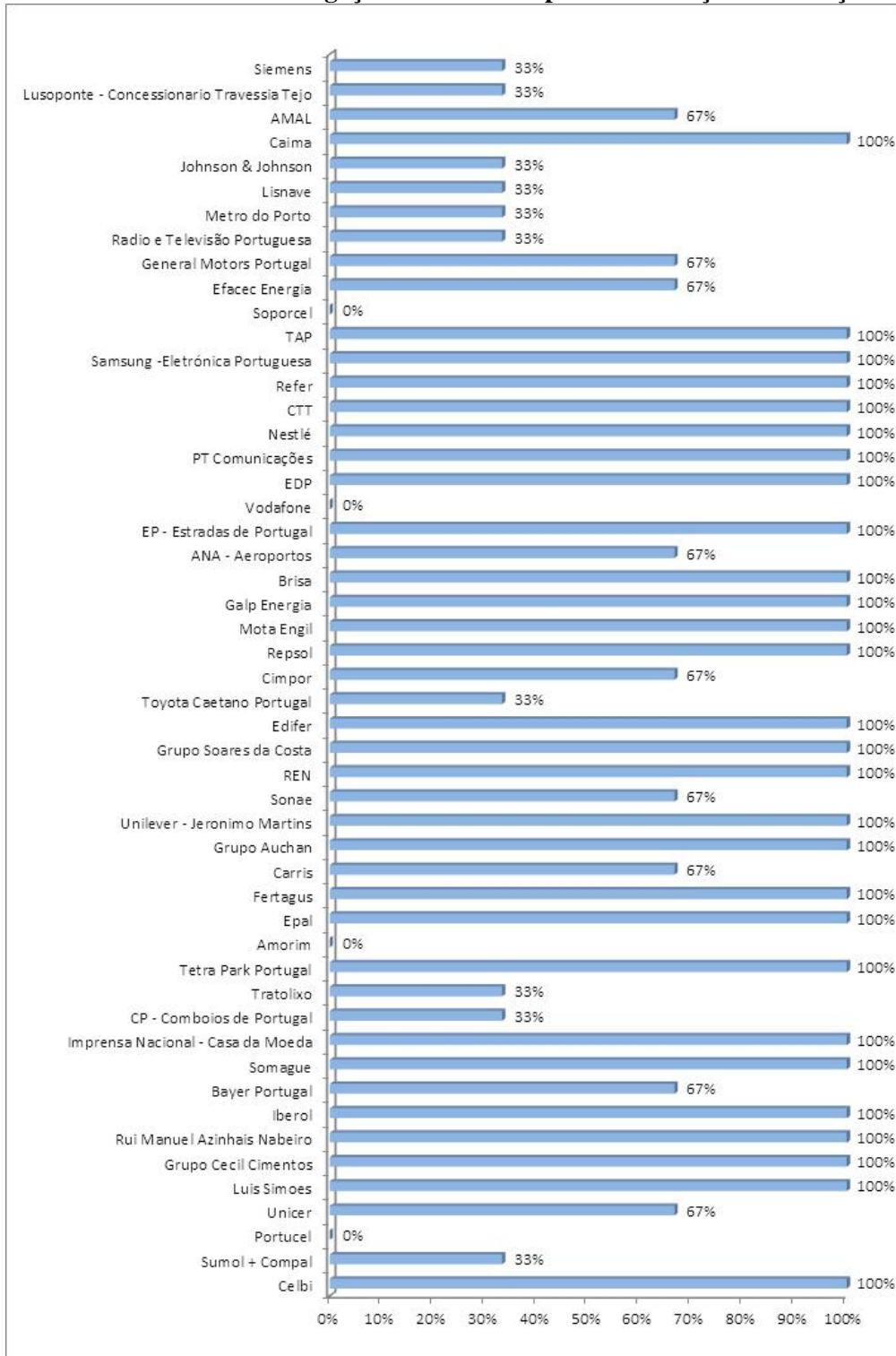
Este aspecto reveste de particular relevância nos dias de hoje, pois é uma área importante para garantir o normal funcionamento das empresas. Assim, dos quatro indicadores referentes a este aspecto, 25 empresas divulgaram-nos na totalidade. Apenas uma empresa não divulga qualquer um deles, sendo que todas relatam pelo menos um dos indicadores, dois e até mesmo três (6 empresas neste último caso).

5.3.3.4. Formação e Educação

O aspecto mencionado acima integra três indicadores: “Média de Horas de Formação por ano/trabalhador”, “Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua”, “% funcionários que recebem análises de desempenho e desenvolvimento carreira”.

Conforme se pode verificar no gráfico seguinte, o aspecto “Formação e Educação” é composto por três indicadores, sendo que estes indicadores são divulgados na sua totalidade 28 empresas o que representa um nível de divulgação superior a 50%. Apenas 4 empresas não efectuam qualquer divulgação, o que representa um número reduzido no contexto da amostra.

Gráfico 5.18. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Formação e Educação”

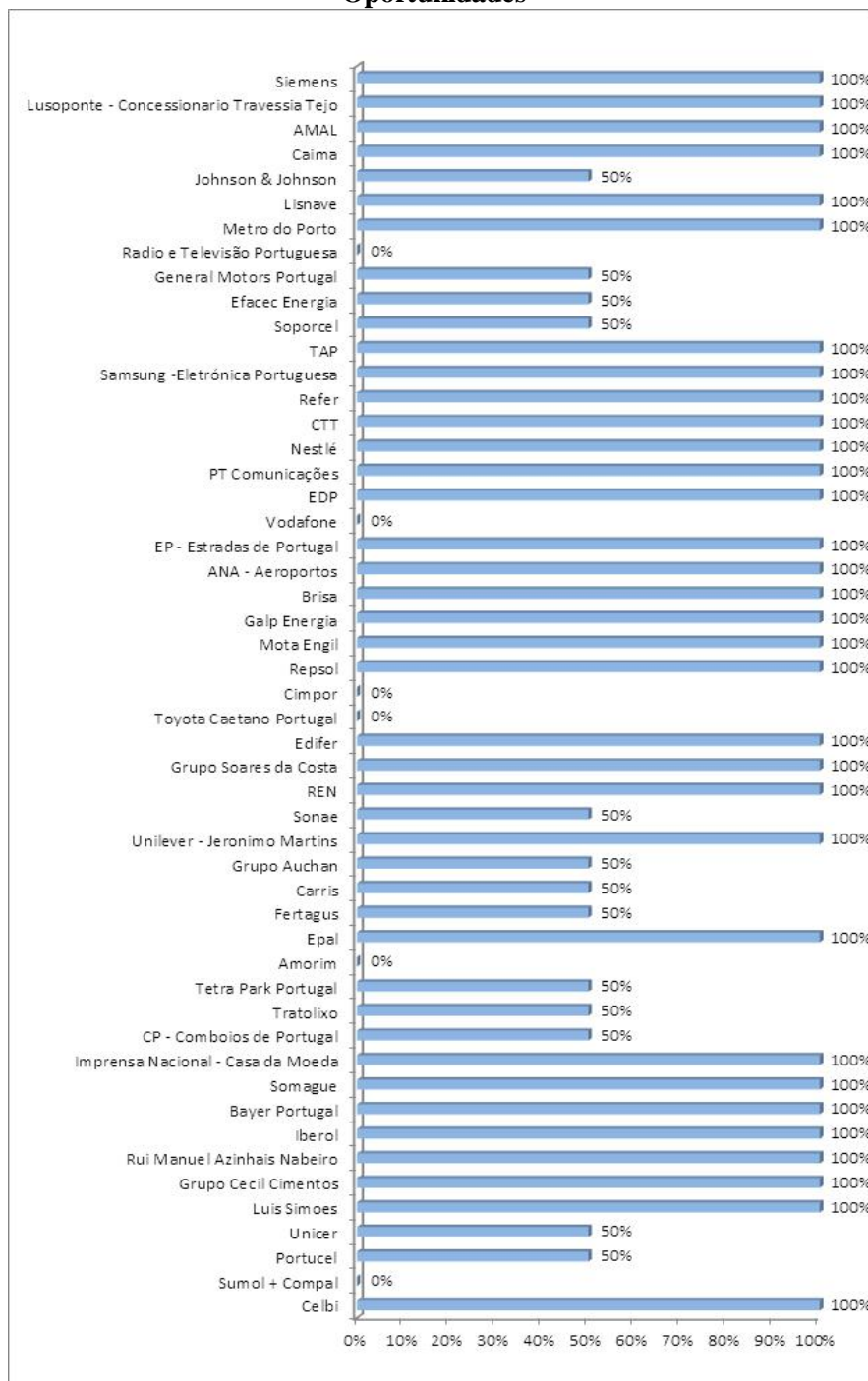


Fonte: Elaboração Própria

5.3.3.5. Diversidade e Igualdade de Oportunidades

Este aspecto é analisado por meio dos indicadores “Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria” e “Discriminação do rácio do salário base entre homens/mulheres por categorias e funções”.

Gráfico 5.19. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Diversidade e Igualdade de Oportunidades”



Fonte: Elaboração Própria

O conjunto dos dois indicadores é divulgado na sua totalidade por 32 empresas, sendo que somente 6 empresas não divulgam qualquer indicador relativo a este aspecto.

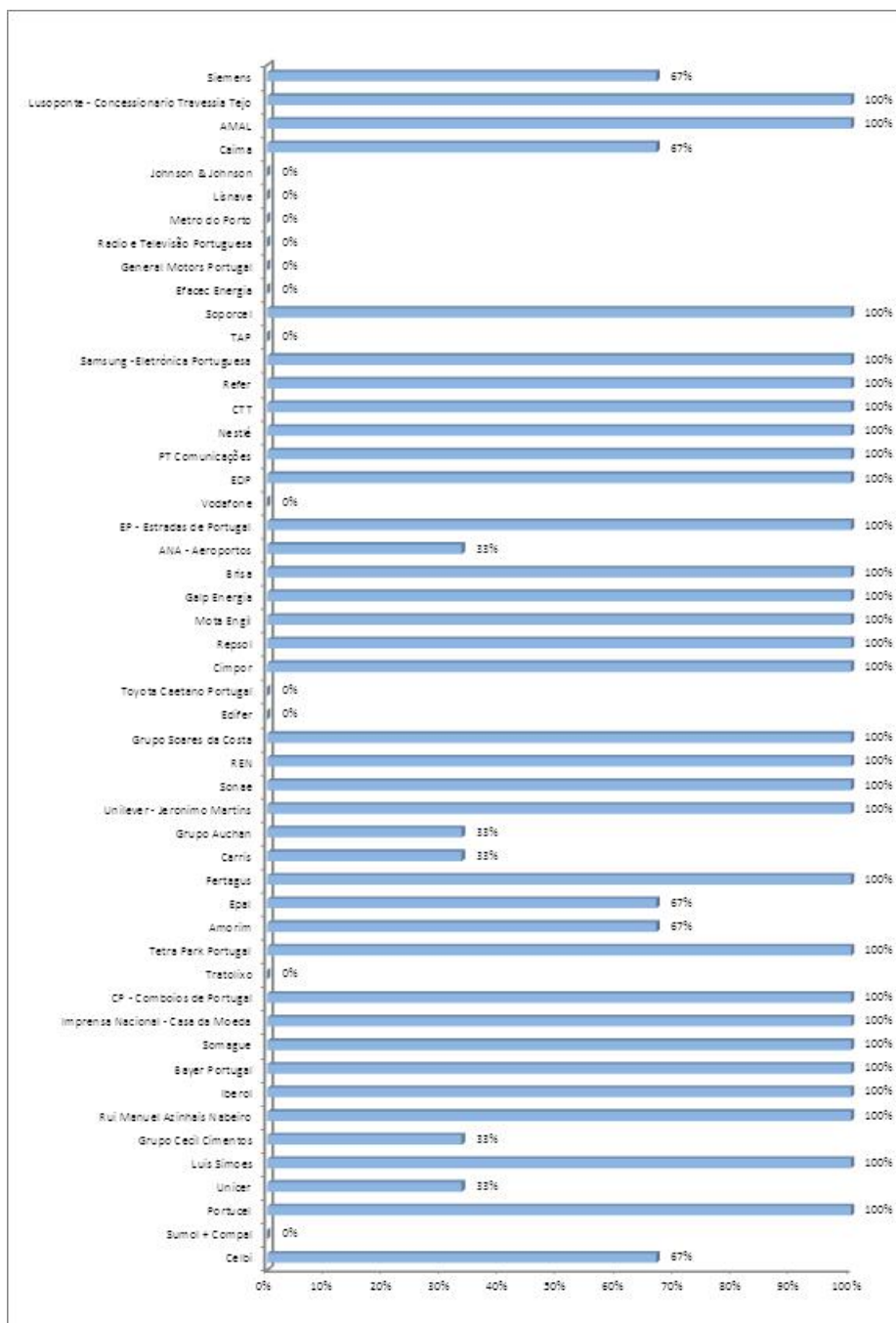
5.3.4. Direitos Humanos

A categoria mencionada encontra-se dividida nos seguintes aspectos: “Práticas de Investimento e Aquisições”, “Não Discriminação”, “Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva”, “Trabalho Infantil”, “Trabalho Forçado e Escravo”, “Práticas de Segurança” e “Direitos dos Povos Indígenas”.

5.3.4.1. Práticas de Investimento e Aquisições

Este aspecto é composto pelos indicadores referentes à “% do número de contractos de investimento que incluam causas de direitos humanos”, “% de fornecedores e empresas contratadas submetidas a avaliação de direitos humanos” e “Número de horas de formação em políticas e procedimentos”.

Gráfico 5.20. Nível de divulgação relativo ao aspecto “Práticas de Investimento e Aquisições”



Fonte: Elaboração Própria

Os indicadores que integram este aspecto são divulgados na sua totalidade por 29 empresas (mais de metade das empresas que integram a amostra), existindo, no entanto 11 empresas que não divulgam qualquer indicador referente a este aspecto. Todas as restantes empresas divulgam pelo menos um dos indicadores mencionados.

5.3.4.2. Não Discriminação / Liberdade de Associação / Trabalho infantil / Trabalho Forçado e Escravo / Práticas de Segurança / Direitos dos Povos Indígenas

Todos os outros aspectos da categoria “Recursos Humanos” são compostos por um único indicador. Assim os aspectos e respectivos indicadores são os seguintes: “Não Discriminação”, composto pelo indicador “HR4 - Número total de casos de discriminação e acções tomadas”; “Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva” composto pelo indicador “HR5 - Casos risco significativo de impedimento ao livre exercício de liberdade de associação”, “Trabalho Infantil” composto pelo indicador “HR6 - Casos de risco significativo de trabalho infantil e medidas de eliminação que representa o Trabalho Infantil”, “Trabalho Forçado e Escravo” composto pelo indicador “HR7 - Risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo”, “Práticas de Segurança” composto pelo indicador “HR8 - Pessoal de segurança submetido a formação de direitos humanos” e “Direitos dos Povos Indígenas” composto pelo indicador “HR9 - Incidentes que envolvam violação dos direitos dos povos indígenas e acções tomadas”.

Relativamente ao indicador HR4 este é divulgado por 37 empresas, uma percentagem significativa no universo em estudo. No caso do indicador HR5 existem 14 empresas que não apresentam não o divulgam, pelo que a maioria efectua a sua divulgação. O indicador HR6 é divulgado por 40 empresas, ou seja um nível de divulgação bastante considerável num total de 51 empresas. O indicador HR7 é divulgado por 37 empresas, enquanto o HR8 é divulgado por 26 empresas. Por fim, o indicador que se refere à violação dos direitos dos povos indígenas e acções tomadas (HR9), não é divulgado por 25 empresas.

Em termos gerais podemos considerar que o nível de divulgação atinge níveis de divulgação razoáveis, dado que todos os indicadores apresentam valores superiores a 50%.

5.4. Análise do nível de divulgação com a introdução do factor “Sector de Actividade”

A introdução do sector de actividade como factor influenciador do nível de divulgação, permitiu identificar o nível de divulgação efectuado por cada sector. Seguidamente é apresentada a análise de cada categoria de divulgação social tendo em conta o sector de actividade a que a empresa pertence.

5.4.1. Responsabilidade pelo Produto

O quadro seguinte apresenta o número de empresas que divulga informação, por cada indicador e por sector de actividade.

Quadro 5.2. Nível de divulgação dos indicadores da categoria “Responsabilidade pelo Produto” por sector de actividade

		PR1		PR2		PR3		PR4		PR5		PR6		PR7		PR8		PR9		Média PR
		0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	
Sector	Primário	1	8	2	7	1	8	2	7	3	6	2	7	5	4	4	5	1	8	,74
	Secundário	4	16	9	11	6	14	10	10	6	14	9	11	11	9	9	11	8	12	,60
	Terciário	5	17	8	14	7	15	10	12	7	15	5	17	8	14	9	13	7	15	,67

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente ao nível de divulgação relacionado com a categoria “Responsabilidade pelo produto” é possível verificar a existência de níveis de divulgação superiores a 60% em todos os sectores. As empresas que integram o sector secundário têm o mais baixo nível de divulgação, contrariamente ao sector primário que apresenta o maior nível de divulgação.

Analisando cada um dos aspectos que integra esta categoria, os indicadores PR4- Numero incidentes resultantes de não conformidades dos regulamentos e códigos, PR7 - Numero total de Incidentes resultantes de não conformidades com regulamentos e PR8 - Total de reclamações registadas relativas a violação de privacidade de clientes, são os que apresentam níveis mais baixos termos de divulgação, pois 22, 24 e 22 empresas respectivamente não divulgam informação acerca dos indicadores apresentados. O indicador com maior nível de divulgação em todos os sectores é o PR1 - Ciclo de vida dos produtos e serviços/impactos saúde e segurança.

5.4.1.1. Sociedade

O quadro abaixo apresenta o número de empresas que divulga informação, por cada indicador e por sector de actividade, relativamente à categoria “Sociedade”.

Quadro 5.3. Nível de divulgação dos indicadores da categoria “Sociedade” por sector de actividade

	S01		S02		S03		S04		S05		S06		S07		S08		Média SO
	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	
Sectores Primário	0	9	1	8	1	8	1	8	2	7	2	7	3	6	2	7	,83
Secundário	4	16	5	15	8	12	8	12	8	12	11	9	10	10	9	11	,61
Terciário	5	17	8	14	7	15	7	15	3	19	8	14	10	12	7	15	,69

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente aos indicadores que compõem esta categoria, o nível de divulgação mais baixo situa-se nos 61%, valor registado no sector secundário. No sector primário o valor ascende aos 83%, situando o sector terciário nos 69%. A nível individual, 42 das 51 empresas consideradas relatam o indicador S01 - natureza, âmbito e eficácia dos programas para medir os impactes das operações, sendo o sector terciário aquele que regista o valor mais elevado de divulgação, com um total de 17 empresas. O nível mais baixo com 23 empresas a não divulgar, corresponde ao indicador S07 - total de acções judiciais por concorrência desleal e práticas de monopólio e resultados.

5.4.1.2. Práticas Laborais e Trabalho Decente

O quadro abaixo apresenta o número de empresas que divulga informação, por cada indicador e por sector de actividade, relativamente à categoria “Práticas Laborais e Trabalho Decente”.

Quadro 5.4. Nível de divulgação dos indicadores da categoria “Práticas Laborais e Trabalho Decente” por sector de actividade

Sector	LA1		LA2		LA3		LA4		LA5		LA6		LA7		LA8		LA9		LA10		LA11		LA12		LA13		LA14		
	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	
Primário	0	9	0	9	5	4	2	7	3	6	5	4	0	9	3	6	5	4	2	7	3	6	4	5	3	6	1	8	,71
Secundário	0	20	0	20	6	14	3	17	7	13	7	13	0	20	3	17	10	10	0	20	7	13	6	14	0	20	4	16	,81
Terciário	2	20	1	21	6	16	3	19	4	18	5	17	3	19	4	18	11	11	3	19	6	16	10	12	5	17	12	10	,76

Fonte: Elaboração Própria

Na categoria composta por estes indicadores todos os sectores apresentam níveis de divulgação elevados, sendo o mais baixo registado no sector primário com 71%. Ao terciário corresponde 76 % e ao secundário 81%.

Salienta-se o caso do indicador LA1- discrimina a mão-de-obra total, por tipo de emprego/contrato de trabalho/região - que é divulgado por 49 empresas, ou seja, somente 2 empresas (pertencentes ao sector terciário) não divulgam esta tipologia de informação.

Analisando os indicadores isoladamente podemos destacar o indicador LA9 -Saúde e Segurança abrangidos acordos formais de sindicatos, o qual não divulgado por mais de metade das empresas.

5.4.1.3. Direitos Humanos

O quadro seguinte apresenta o número de empresas que divulga informação, por cada indicador e por sector de actividade, relativamente à categoria “Direitos Humanos”.

Quadro 5.4. Nível de divulgação dos indicadores da categoria “Direitos Humanos” por sector de actividade

	HR1		HR2		HR3		HR4		HR5		HR6		HR7		HR8		HR9		Média
	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	HR
Sectores Primário	0	9	0	9	2	7	0	9	1	8	0	9	0	9	4	5	4	5	,86
Secundário	6	14	7	13	9	11	6	14	5	15	6	14	7	13	11	9	11	9	,62
Terciário	9	13	8	14	10	12	8	14	8	14	6	16	7	15	10	12	10	12	,62

Fonte: Elaboração Própria

O nível de divulgação desta categoria é bastante elevado (86%) no sector primário. Os níveis de divulgação verificados nos restantes sectores também são relevantes, embora não atinjam somente 62%. O indicador mais divulgado é o H6 – casos de risco significativo de trabalho infantil e medidas de eliminação. Contrariamente têm o indicador H9 como sendo o indicador menos divulgado. Em termos gerais esta categoria é a que, nos sectores secundário e terciário, detém em termos médios o mais baixo nível de divulgação.

O quadro seguinte permite comparar o nível médio de divulgação por cada sector de actividade e por categoria.

Quadro 5.5. Nível de divulgação dos indicadores por sector de actividade e por categoria

Sector	Categoria				
	Práticas Laborais e Trabalho Decente	Responsabilidade do Produto	Sociedade	Direitos Humanos	Média
Primário	71%	74%	83%	86%	79%
Secundário	81%	60%	61%	62%	66%
Terciário	76%	67%	69%	62%	69%

Fonte: Elaboração Própria

A introdução do factor “sector de actividade” permitiu verificar que as empresas do sector primário são as que apresentam níveis de divulgação mais elevados para todas as categorias, excepção feita na categoria “Práticas Laborais e Trabalho Decente” na qual são as empresas do sector secundário que apresentam maior nível de divulgação.

O sector secundário é aquele que apresenta menores níveis de divulgação em todas as categorias, com excepção da mencionada anteriormente. Não obstante este facto, ainda assim as empresas deste sector atingem níveis de divulgação de cerca de 60% nessas categorias.

Em termos globais o sector primário é aquele que apresenta um nível de divulgação mais elevado no conjunto das quatro categorias atingindo 79%, seguido pelo sector terciário e secundário com níveis de divulgação de 69% e 66% respectivamente.

6. Conclusões, Limitações e Perspectivas Futuras

Vivemos actualmente num contexto empresarial onde ocorrem mudanças sucessivas de âmbito económico, político, social, cultural e técnico, facto que fundamenta a necessidade de incluir um modelo de relato social das partes interessadas que evidencie o desempenho social na sua actividade interna e externa.

A prática da responsabilidade social implica a participação de todos os membros da empresa e o desenvolvimento de sistemas que possam garantir a sua gestão efectiva. Exemplo disto é a utilização de indicadores sociais, assim como de outros instrumentos de relato, tais como os modelos propostos pelo GRI, que permitem a homogeneização e comparabilidade da informação divulgada. Com estas práticas a empresa poderá ser melhor agente de desenvolvimento e progresso social, tornando-se mais solidária, justa e transparente na sua actividade global.

O presente trabalho analisou os relatórios de sustentabilidade de 51 das 500 maiores empresas portuguesas relativamente à divulgação de informação de natureza social. Assim, nessa análise foi tido em consideração o referencial GRI nos seus aspectos de responsabilidade pelo produto, sociedade, práticas laborais e trabalho decente e direitos humanos.

Após a análise dos resultados dos indicadores correspondentes às categorias acima referidas, concluímos que em termos gerais o nível de divulgação é bastante elevado, atingindo o valor de 76,5% relativamente à categoria “Práticas laborais e trabalho decente”. As restantes categorias apresentam níveis médios de divulgação de cerca de 65%.

Quando analisados cada um dos indicadores relativos à categoria “Responsabilidade pelo Produto” é possível verificar a existência de várias empresas (quase metade da amostra) que divulgam a totalidade dos 9 indicadores e um número reduzido que não divulga qualquer indicador, o que se traduz num balanço positivo.

Na categoria “Sociedade” todos os indicadores apresentam níveis de divulgação acima dos 50% e cerca de metade da amostra, 24 empresas, divulgam todos os indicadores que compõem esta categoria.

A categoria referente a “Práticas Laborais e Trabalho Decente” apresenta na sua generalidade um nível de divulgação acima de 60%. Um aspecto a considerar nesta

categoria é que não existe nenhuma empresa que não divulgue pelo menos um dos indicadores.

Os indicadores que integram a categoria “Direitos Humanos” são divulgados por mais de metade das empresas em análise. No entanto ainda existem ainda empresas, num total de 3, que não divulgam qualquer indicador referente a esta categoria.

Em suma, a divulgação de informação de cariz social apresenta níveis bastante elevados relativamente a algumas categorias e indicadores, existindo no entanto espaço para incrementar o nível de informação divulgada.

A introdução do factor “sector de actividade” permitiu evidenciar diferenças no nível de divulgação de sector para sector. Assim foi possível concluir que as empresas do sector primário são as que apresentam níveis de divulgação mais elevados para todas as categorias, excepção feita na categoria “Práticas Laborais e Trabalho Decente”. Na categoria mencionada são as empresas do sector secundário aquelas que maior nível de informação divulgam.

Foi possível também concluir que das empresas que integram a amostra são as pertencentes ao sector secundário as que apresentam menores níveis médios de divulgação em todas as categorias, com excepção da mencionada anteriormente. Não obstante este facto, ainda assim as empresas deste sector atingem níveis de divulgação de cerca de 60% nessas categorias.

Em termos globais o sector primário é aquele que apresenta um nível de divulgação mais elevado no conjunto das quatro categorias atingindo 79%, seguido pelo sector terciário e secundário com níveis de divulgação de 69% e 66% respectivamente.

A introdução do factor sector permitiu evidenciar diferenças no comportamento e consequentemente nos níveis de informação social divulgada, mostrando as empresas do sector primário maior propensão para divulgar informação cariz social.

Resumidamente, o nível de divulgação voluntária de informação de natureza social apresenta nas empresas que integram a amostra, valores bastante satisfatórios. No entanto, e conforme referido anteriormente, existe ainda um longo caminho a percorrer no sentido de consciencializar os órgãos de gestão das empresas para a importância da divulgação desta tipologia de informação de natureza social.

6.1. Limitações do Estudo

O presente estudo assenta nos relatórios de sustentabilidade publicados por 51 empresas seleccionadas de uma amostra da edição especial da revista Exame intitulada “500 Maiores & Melhores Empresas”, assim uma das limitações ao estudo é precisamente o facto de, destas 500, somente as 51 empresas seleccionadas disponibilizarem em formato electrónico os seus relatórios de sustentabilidade, o que conduzem a uma amostra reduzida.

A recolha de dados baseada em variáveis dicotómicas (“0” quando não divulga e “1” quando divulga) pode conduzir a distorções nos resultados obtidos, uma vez que algumas empresas não divulgam certos indicadores por não serem aplicáveis na sua actividade, tal factor conduz a que na análise efectuada seja atribuído o valor “0 – Não divulga”. Tal como referido este facto pode não ser o espelho da realidade pois algumas organizações não aplicam determinados indicadores pois estes não fazem parte da sua actividade corrente.

A análise de um ano isolado não permite efectuar comparações temporais e aferir da evolução do nível de divulgação ao longo do tempo.

6.2. Sugestão para Investigações Futuras

Este trabalho baseia-se no estudo dos indicadores de carácter social que integrados nas directrizes do GRI, pelo que poderia seguir-se um estudo mais alargado. Isto é, um estudo com base nos indicadores económicos, ambientais, entre outros, para medir o nível de divulgação voluntária de informação das empresas em Portugal.

Para além desta perspectiva, poderia optar-se pela análise de um leque maior de empresas, tornando assim as conclusões mais abrangentes e generalizáveis.

Este estudo pode também ser o ponto de partida para um novo estudo mais aprofundado, quer em termos de dimensão da amostra conforme referido, quer em termos de número de anos analisados.

Bibliografia

ABADIA, José M. *Responsabilidad Social Corporativa e Información de Sostenibilidad en La Pyme*. Revista Internacional de la Pequeña y Mediana Empresa. ISSN 1989-1725, Vol. 1, Nº. 2, 2008, pags. 23-41.

ALVES, André. (2005). *Ética e Responsabilidade Sócio-Ambiental*. [Consultado em 2012-05-20]. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABHrgAD/etica-responsabilidade-socio-ambiental>.

AMARAL, Francisco do. (2004). *A Responsabilidade Social em Portugal*. [Consultado em 2012-05-20]. Disponível em: <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~245.aspx>.

ARAÚJO, Francisco José de. *Reflexões Sobre o Balanço Social*. Revisores e Auditores, Julho/Setembro, 2007.

ARRUDA, Giovana Silva. (2010). *Em Busca de Um Mundo Melhor: Uma Avaliação do Discurso Sobre Responsabilidade Social nas Maiores Empresas da América*. [Consultado em 2012-05-20]. Disponível em: http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3214

ASHLEY, Patrícia Almeida. (2000) *Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: Uma análise Conceitual Comparativa*. Consultado em 2012-05-10] Disponível em: <http://www.agenda21empresarial.com.br/arquivo/1260083712.375-arquivo.pdf>;

AZEVEDO, A. Domingues.(2001). *A Responsabilidade Social Empresarial – O Balanço Social*. Comunicação apresentada no XXIV Seminário Internacional de Países Latinos Europa – América.

CARMO, Hermano, - *Metodologias da Investigação – Guia para Auto – Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998. ISBN: 972-674-235-5.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros, SIQUEIRA, José Ricardo da Maia. (2007). *Análise da utilização dos indicadores Essenciais da global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais de Empresas Latino - Americanas*, Pensar Contábil. ISSN 2177-417X. Vol. 9-38.

CARVALHO, Fernando. (2008) *A Divulgação voluntária de informação: a influência da adoção da estrutura da Global Initiative nas empresas da Euronext Lisboa*. [Dissertação de Mestrado]. Lisboa. Orientador: Doutor Joaquin Texeira Quirós.

CELIS, Laura Margarita. (2012). *Comparativo del numero de informes de sostenibilidad del Global Reporting Initiative por países que emiten las empresas socialmente responsables*, Confin Habana. ISSN 2073-6061. Vol.2 39-43.

COSTA, Tânia Maria Zambelli de Almeida. (2000). *Empresa e Responsabilidade Social*. Consultado em 2012-05-10]. Disponível em:

http://www.rh.com.br/Portal/Responsabilidade_Social/Artigo/1930/organizacao-e-responsabilidade-social.html

DIAS, Ana; CARVALHO Fernando; ALMEIDA, Maria do Céu. (2005). *A Adopção da Estrutura do GRI na Divulgação da Informação Voluntária das Empresas Portuguesas*. Comunicação apresentada no XVIII Congresso AECA. Valência.

DIAS, António Carlos Gomes. (2009). *O Relato da Sustentabilidade Empresarial: Práticas em Portugal*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Aberta, Lisboa. Orientador: Doutora Maria Georgina da Costa Tamborino Morais.

DIAS, Rita Almeida – *Sustentabilidade, Competitividade e Equidade Ambiental e Social*. Lisboa: Edições Almedina, 2008. ISBN: 978-972-403-466-3.

DIAS; Lidiane Nazaré da Silva. (2008). *Estudo de Caso do Balanço Social da Albrás: De Relatórios Internos ao Modelo GRI*. [Consultado em 2012-05-20]. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrrj/article/viewFile/450/437>.

DOMINGOS, Rui Manuel Delgado. (2010). *A Evolução da Divulgação Voluntária de Informação nas empresas cotadas Euronext Lisboa do ano 2006 a 2008*. [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Orientadora: Doutora Maria Manuela Rebelo Duarte.

DUARTE, Domingos da Silva.(2006). *Relato Social e Contabilidade, Contabilidade e Gestão*. ISSN: 1646-2750. Nº2-55-89.

ELKINGTON, J. (1998). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Capstone.

EUGÉNIO, Teresa - *Avanços na Divulgação de Informação Social e Ambiental pelas Empresas e a Teoria da Legitimidade*. Revista Universo Contábil. ISSN 1809-3337. 6:1(2010).

EUGÉNIO, Teresa Pereira – *Contabilidade e Gestão Ambiental*. Lisboa: Áreas Editora, Setembro 2004. ISBN: 972-8472 – 60-9.

EXAME, *500 Maiores & Melhores Empresas*, Edição 2011;

FARIA, Maria José. (2007). *Responsabilidade Social e Informação Contabilística: Breve Cotejo*. Jornal de Contabilidade. ISSN:0870-8789, Nº 358.

FILHO, António Carlos. (2010). *Indicadores Económicos e Sociais: Comparação entre Empresas Estatais e Privadas do Sector Eléctrico*. [Consultado em 2012-05-20]. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/303.pdf>

FREY, Irineu Afonso. (2005). *Sistema de Gerenciamento da Responsabilidade Social Empresarial por Meio de Indicadores*. [Tese de Doutorado]. Florianópolis. Orientador: Dr, António Cazar Borna.

GASPARINO, Fernandes. (2007). *Análise de Relatórios de Sustentabilidade com Ênfase no GRI: Comparação entre empresas do sector de papel e Celulose dos EUA e Brasil*, Revista de Gestão Social e Ambiental. ISSN: 1981-982X. Vol.1.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE, Versão 3, (2000-2006), Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>

GUIMARÃES, Vítor Campos. (2008). *A Disparidade entre o Discurso e a Prática de Responsabilidade Social: Um Balanço dos Balanços Sociais das Maiores Empresas do Brasil*. [Tese de Mestrado]. Rio de Janeiro.

HOPKINS, M.(2003). *The Planetary Bargain: Corporate Social Responsibility Matter* , Earth scan.

INSTITUTO Ethos. (2005). *Guia de Elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial*. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/documents/2005_06_07/Guia_BalancoSocial_2005.pdf.

ISO 26000 - Responsabilidade Social. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: <http://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=http://www.iso.org/iso/iso26000&prev=/search%3Fq%3Diso%2B26000%26hl%3Dpt-PT%26tbo%3Dd%26biw%3D1424%26bih%3D617&sa=X&ei=WafxUPMwk4aFB-HggagF&sqi=2&ved=0CDIQ7gEwAA>.

JANUZZI, Paulo de Martino.(2001). *Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de dados e Aplicações*. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf>.

KRAEMER , Maria Elisabeth. (2006). *Contabilidade Ambiental. Relatório para um Futuro Sustentável, responsável e transparente*. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos/contabilidade-ambiental/contabilidade-ambiental.shtml>.

KROETZ, Cesar Eduardo. (2000). Contabilidade Social.[Consultado em 20.05.2012]. Disponível em:http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Desenvolvimento%20Sustent%20C3%A1vel%20CGest%C3%A3o%20dos%20Recursos%20Naturais/157_1_arquivo_csocial.pdf;

LARRINAGA,C., CARRASCO,F., CORREA,C., LLENA,F. E MONEVA, J.M. (2002). *Accountability and accounting regulation: The case of Spanish Environmental Disclosure Standard*, The European Accounting review. 11:4,723-740.

LIVRO Verde, *Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: Comissão Disponível em: www.europart.eu.int.

LOSCHPE, Evelyn, *Terceiro Sector – Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. ISBN139788521902645;

MELO, Neto, Francisco Paulo de; FROES, César. (2004). *Gestão da responsabilidade Social Corporativa: O caso Brasileiro*, Rio de Janeiro.

MONTEIRO, Manuel Alves. A.(2002) *Responsabilidade Social das Empresas (RSE)*. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: <http://www.cmvm.pt/CMVM/Publicacoes/Cadernos/Documents/6755d7280b944d97889352f7bdda741dManuelMonteiro.pdf>;

MORAIS, Filipe André. (2008). *Responsabilidade Social das Empresas*. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: http://prof.santana-e-silva.pt/gestao_de_empresas/trabalhos_07_08/word/Responsabilidade%20Social%20das%20Empresas.pdf.

MOREIRA, José Manuel. (2003). *Um Estudo Sobre a Responsabilidade Social das Empresas Portuguesas, Algumas Comparações Com Espanha*. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: http://www.eben-spain.org/docs/Papeles/XI/2_Moreira.pdf;

MOREIRAS, Nuno Duarte Gomes. (2010) *Corporate social Responsibility: an empirical analysis of portuguese SMEs*. [Tese de Mestrado]. ISEG, Lisboa. Orientador: Prof. Doutor José Manuel Cristóvão Verrísimo.

MURTEIRA, B. (1993). *Análise Exploratória de Dados*. Estatística Descritiva. Lisboa. Portugal. McGrawill.

OLIVEIRA, Filipa Neves de. (2010). *Responsabilidade Social Empresarial: Um Estudo às práticas das maiores 100 empresas portuguesas*. [Tese de Mestrado]. Orientador: Prof. Doutor Miguel Trigo.

PARECER de Iniciativa sobre a Responsabilidade Social das Empresas. Aprovado no Plenário de 17 de Janeiro de 2003. Lisboa. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: www.ces.pt.

REGO, Arménio. *Gestão Ética e Socialmente Responsável – Teoria e Prática*. Lisboa. RH Editora, 2006. ISBN: 9728871090.

REIS, E. *Estatística Multivariada Aplicada*. Lisboa, Edições Sílabo, 1997. ISBN: 9789726182474.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_Brundtland;

SILVA, José Luís, A.(2006) *Responsabilidade Social das Pequenas e Médias Empresas*.SeminárioTransnacional sobre Responsabilidade Social nas PME's – Projecto Equal – Ser PME Responsável.

SIQUEIRA, José Ricardo.(2007). *DVA: Vantagens e Limitações de seu uso como Instrumento de Avaliação da Estratégia Social Corporativa*. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: http://www.revistaic.org/articulos/num1/articulo5_esp.pdf.

SUSTENTARE, Consultadoria de Sustentabilidade Lda. (2008). *Princípios para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade*. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: <http://www.sustentare.pt/PDF/27112008%20GRI-AIP.pdf>;

TINOCO, J.E.P. *Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das empresas*. São Paulo. Atlas. 2001. **ISBN:9788522429288b**.

TOLDO, M.(2002).*Responsabilidade Social Empresarial, Premio Ethos Valor, Responsabilidade das empresas: a contribuição das Universidades São Paulo*, Peirópolis Editora. Peirópolis.

Tripé da Sustentabilidade Empresarial. Consultado em [20.05.2012]. Disponível em: <http://piabaecologia.wordpress.com/2010/09/08/tripe-da-sustentabilidade-economica-se/>

VENTURA, E.(2005).*Dinâmica de Institucionalização de Práticas Sociais: Estudo da Responsabilidade Social no Campo das Empresas Bancárias*. [Tese de Doutorado]. Orientador: Marcelo Milano Falcão Vieira.

WISSMANN, Martin Airton. (2010).*Uma Proposta para a Elaboração do balanço Social*. [Consultado em 20.05.2012]. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/view/883/521>;

Anexos

Anexo I – Listagem das empresas que integram a amostra

Empresas
Celbi
Sumol + Compal Marcas
Portucel
Unicer
Luis Simoes
Grupo Cecil Cimentos
Rui Manuel Azinhais Nabeiro
Iberol
Bayer Portugal
Somague
Imprensa Nacional - Casa da Moeda
CP - Comboios de Portugal
Tratolixo
Tetra Park Portugal
Amorim & Irmãos
Epal
Fertagus
Companhia Carris de Ferro de Lisboa
Grupo Auchan
Jeronimo Martins
Sonae
REN
Sociedade de Construções Soares da Costa
Edifer - Construções Pires Coelho & Fernandes
Toyota Caetano Portugal
Cimpor
Repsol
Mota Engil
Galp Energia
Brisa - Auto Estradas de Portugal
ANA - Aeroportos de Portugal
EP - Estradas de Portugal
Vodafone Portugal
EDP - Electricidade de Portugal
PT Comunicações
Nestlé - Portugal
CTT - Correios de Portugal
Refer
Samsung -Eletrónica Portuguesa
TAP - Transportes Aereos Portugueses
Soporcel - Sociedade Portuguesa de Papel
Efacec Energia
General Motors Portugal
Radio e Televisão Portuguesa
Metro do Porto
Lisnave
Johnson & Johnson

Caima
 AMAL
 Lusoponte - Concessionario Travessia Tejo
 Siemens

Anexo II – Quadros de Recolha

Categoria: Responsabilidade pelo Produto

Empresas	Sector	PR1	PR2	PR3	PR4	PR5	PR6	PR7	PR8	PR9
Celbi	Materiais Básicos	1	1	1	1	0	1	0	0	1
Sumol+ Compal	Bens de Consumo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portucel	Materiais Básicos	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Unicer	Bens de Consumo	1	0	1	0	0	1	0	0	0
Luis Simoes	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Grupo Cecil Cimentos	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Rui Manuel Azinhais Nabeiro	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Iberol	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Bayer Portugal	Materiais Básicos	1	0	1	0	0	1	0	0	1
Somagae	Industriais	1	1	0	0	1	0	0	1	0
Imprensa Nacional - Casa da Moeda	Serviços ao consumidor	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CP - Comboios de Portugal	Industriais	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Tratolixo	Serviços ao consumidor	1	0	1	0	0	1	0	0	1
Tetra Park Portugal	Bens de Consumo	0	1	0	0	0	1	1	1	1
Amorim	Bens de Consumo	1	0	1	0	0	1	0	0	1
Epal	Utilitários	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Fertagus	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Carris	Industriais	1	0	1	0	1	0	0	1	1
Grupo Auchan	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Unilever - Jeronimo Martins	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sonae	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
REN	Utilitários	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Grupo Soares da Costa	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Edifer	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Toyota Caetano Portugal	Bens de Consumo	1	0	0	0	1	0	1	0	0
Cimpor	Materiais Básicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Repsol	Gás e Petroleo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Mota Engil	Industriais	1	0	1	0	0	1	0	0	1
Galp Energia	Gás e Petroleo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Brisa	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	0	1
ANA - Aeroportos	Industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EP - Estradas de Portugal	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Vodafone	Serviços ao consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EDP	Utilitários	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PT Comunicações	Serviços ao consumidor	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Nestlé	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CTT	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Refer	Industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Samsung -Eletrónica Portuguesa	Tecnologia	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TAP	Industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Soporcel	Gás e Petroleo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Efacec Energia	Industriais	1	1	1	1	1	0	0	1	0
General Motors Portugal	Bens de Consumo	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Radio e Televisão Portuguesa	Serviços ao consumidor	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Metro do Porto	Industriais	1	0	1	0	1	0	0	0	0
Lisnave	Industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Johnson & Johnson	Assistência Médica	1	1	0	0	1	0	0	0	0
Caima	Gás e Petroleo	1	1	1	1	0	1	0	0	1
AMAL	Materiais Básicos	1	1	1	1	1	0	0	1	1
Lusoponte - Concessionario Travessia Tejo	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Siemens	Industriais	1	0	1	0	0	1	0	0	1

Categoria: Sociedade

Empresas	Sector	IS01	IS02	IS03	IS04	IS05	IS06	IS07	IS08
Celbi	Materiais Básicos	1	1	1	1	1	1	1	1
Sumol + Compal	Bens de Consumo	0	0	0	0	0	0	0	0
Portucel	Materiais Básicos	1	1	1	1	1	1	1	1
Unicer	Bens de Consumo	1	0	1	1	1	0	0	0
Luis Simoes	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1
Grupo Cecil Cimentos	Industriais	0	1	1	1	1	1	1	1
Rui Manuel Azinhais Nabeiro	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1
Iberol	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1
Bayer Portugal	Materiais Básicos	1	1	1	1	1	1	0	1
Somague	Industriais	1	1	0	1	0	1	1	1
Imprensa Nacional - Casa da Moeda	Serviços ao consumidor	1	1	1	1	1	1	1	1
CP - Comboios de Portugal	Industriais	1	1	0	0	1	0	0	0
Tratolixo	Serviços ao consumidor	1	0	0	0	1	0	0	1
Tetra Park Portugal	Bens de Consumo	1	0	0	0	0	1	1	1
Amorim	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	0	0	1
Epal	Utilitários	1	1	1	1	1	0	0	1
Fertagus	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1
Carris	Industriais	1	0	0	0	0	0	0	0
Grupo Auchan	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1
Unilever - Jeronimo Martins	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1
Sonae	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1
REN	Utilitários	1	1	1	1	1	1	1	1
Grupo Soares da Costa	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1
Edifer	Industriais	1	1	0	0	0	0	0	0
Toyota Caetano Portugal	Bens de Consumo	0	0	0	0	1	1	0	0
Cimpor	Materiais Básicos	1	0	0	0	0	0	0	0
Repsol	Gás e Petróleo	1	1	1	1	1	1	1	1
Mota Engil	Industriais	1	1	1	1	1	0	0	1
Galp Energia	Gás e Petróleo	1	1	1	1	1	1	1	1
Brisa	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1
ANA - Aeroportos	Industriais	0	0	0	0	0	0	0	0
EP - Estradas de Portugal	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1
Vodafone	Serviços ao consumidor	0	0	0	0	1	0	0	0
EDP	Utilitários	1	1	1	1	1	1	1	1
PT Comunicações	Serviços ao consumidor	1	1	1	1	1	1	1	1
Nestlé	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1
CTT	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1
Refer	Industriais	1	0	0	0	0	0	0	0
Samsung - Eletrónica Portuguesa	Tecnologia	1	1	1	1	1	1	1	1
TAP	Industriais	0	1	0	0	1	0	0	0
Soporcel	Gás e Petróleo	1	1	1	1	1	1	1	1
Efacec Energia	Industriais	1	0	1	0	1	0	1	0
General Motors Portugal	Bens de Consumo	0	0	0	0	0	0	0	0
Radio e Televisão Portuguesa	Serviços ao consumidor	1	1	1	1	1	0	0	0
Metro do Porto	Industriais	1	1	0	0	0	0	0	0
Lisnave	Industriais	0	0	1	0	0	0	0	0
Johnson & Johnson	Assistência Médica	0	0	0	0	1	0	0	0
Caixa	Gás e Petróleo	1	1	1	1	1	1	1	1
AMAL	Materiais Básicos	1	1	1	1	0	0	0	0
Lusoponte - Concessionário Travel	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1
Siemens	Industriais	1	1	1	1	1	0	0	1

Categoria: Práticas Laborais e Trabalho Decente

Empresas	Sector	oLA1	oLA2	oLA3	oLA4	oLA5	oLA6	oLA7	oLA8	oLA9	oLA10	oLA11	oLA12	oLA13	oLA14
Celbi	Materiais Básicos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sumol - Compal	Bens de Consumo	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Portucel	Materiais Básicos	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Unicer	Bens de Consumo	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	1	0
Luis Simoes	Industrias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Grupo Cecil Cimentos	Industrias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Rui Manuel Azinhais Nabeiro	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Iberol	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Bayer Portugal	Materiais Básicos	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1
Somague	Industrias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Imprensa Nacional - Casa da Moeda	Serviços ao consumidor	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CP - Comboios de Portugal	Industrias	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0
Tratolixo	Serviços ao consumidor	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0
Tetra Park Portugal	Bens de Consumo	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
Amorim	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Epal	Utilitários	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1
Fertagus	Industrias	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	0
Carris	Industrias	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	0
Grupo Auchan	Bens de Consumo	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0
Unilever - Jeronimo Martins	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sonae	Bens de Consumo	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	0
REN	Utilitários	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Grupo Soares da Costa	Industrias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Edifer	Industrias	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1
Tovoga Cuetano Portugal	Bens de Consumo	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0
Cimpor	Materiais Básicos	1	1	0	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0
Repsol	Gás e Petróleo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Mota Engil	Industrias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Galp Energia	Gás e Petróleo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Brisa	Industrias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
ANA - Aeroportos	Industrias	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1
EP - Estradas de Portugal	Industrias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Vodafone	Serviços ao consumidor	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
EDP	Utilitários	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PT Comunicações	Serviços ao consumidor	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Nestlé	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CTT	Industrias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Refer	Industrias	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1
Samsung - Eletrónica Portuguesa	Tecnologia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TAP	Industrias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Soporcel	Gás e Petróleo	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Efacec Energia	Industrias	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0
General Motors Portugal	Bens de Consumo	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0
Radio e Televisão Portuguesa	Serviços ao consumidor	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0
Metro do Porto	Industrias	1	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1
Lsnave	Industrias	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	1
Johnson & Johnson	Assistência Médica	1	0	0	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1	0
Caixa	Gás e Petróleo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
AMAL	Materiais Básicos	1	1	0	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1
Lisoponte - Concessionario Travessia	Industrias	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1
Siemens	Industrias	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	1

Categoria: Direitos Humanos

Empresas	Sector	HR1	HR2	HR3	HR4	HR5	HR6	HR7	HR8	HR9
Celbi	Materiais Básicos	1	1	0	1	1	1	1	0	0
Sumol + Compal	Bens de Consumo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portucel	Materiais Básicos	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Unicer	Bens de Consumo	0	1	0	0	0	1	1	0	1
Luis Simoes	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Grupo Cecil Cimentos	Industriais	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Rui Manuel Azinhais Nabeiro	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Iberol	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Bayer Portugal	Materiais Básicos	1	1	1	1	1	1	1	0	0
Somague	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Imprensa Nacional - Casa da Moeda	Serviços ao consumidor	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CP - Comboios de Portugal	Industriais	1	1	1	1	1	0	0	0	0
Tratolixo	Serviços ao consumidor	0	0	0	1	0	1	1	0	0
Tetra Park Portugal	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Amorim	Bens de Consumo	1	1	0	1	1	1	1	0	0
Epal	Utilitários	1	1	0	1	1	1	1	0	0
Fertagus	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Carris	Industriais	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Grupo Auchan	Bens de Consumo	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Unilever - Jeronimo Martins	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sonae	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
REN	Utilitários	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Grupo Soares da Costa	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	0	0
Edifer	Industriais	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Toyota Caetano Portugal	Bens de Consumo	0	0	0	0	0	1	1	1	0
Cimpor	Materiais Básicos	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Repsol	Gás e Petroleo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Mota Engil	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Galp Energia	Gás e Petroleo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Brisa	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	0	0
ANA - Aeroportos	Industriais	0	1	0	0	0	0	0	0	0
EP - Estradas de Portugal	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Vodafone	Serviços ao consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EDP	Utilitários	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PT Comunicações	Serviços ao consumidor	1	1	1	1	0	1	0	1	1
Nestlé	Bens de Consumo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CTT	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	0	0
Refer	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Samsung - Eletrónica Portuguesa	Tecnologia	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TAP	Industriais	0	0	0	0	1	1	1	1	1
Soporcel	Gás e Petroleo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Efacec Energia	Industriais	0	0	0	1	1	1	1	0	0
General Motors Portugal	Bens de Consumo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Radio e Televisão Portuguesa	Serviços ao consumidor	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Metro do Porto	Industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lisnave	Industriais	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Johnson & Johnson	Assistência Médica	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Caíma	Gás e Petroleo	1	1	0	1	1	1	1	0	0
AMAL	Materiais Básicos	1	1	1	1	0	1	1	0	0
Lusoponte - Concessionario Trave	Industriais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Siemens	Industriais	1	1	0	1	1	1	1	0	0